

# A PARTICIPAÇÃO DE MILITARES PORTUGUESES EM MISSÕES INTERNACIONAIS

**Relatório Anual 2022**



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL

# Ficha técnica

## TÍTULO

A Participação de Militares Portugueses em Missões Internacionais

## SUBTÍTULO

Relatório Anual 2022

## ELABORAÇÃO

Direção-Geral de Política de Defesa Nacional

## DESIGN

Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional  
Serviços de Comunicação e Relações-Públicas

## ESTATUTO DE UTILIZAÇÃO

Para uso oficial

## RELAÇÃO

1ª edição: março de 2023

Direção-Geral de Política de Defesa Nacional  
Av. Ilha da Madeira, nº 1, 8º piso  
1400-204 Lisboa, Portugal

© DGPDN, 2023

# A PARTICIPAÇÃO DE MILITARES PORTUGUESES EM MISSÕES INTERNACIONAIS

**Relatório Anual 2022**



# **Índice**

- 8 INTRODUÇÃO**
- 12 A AÇÃO EXTERNA DA DEFESA NACIONAL**
- 22 MISSÕES INTERNACIONAIS EM 2022  
FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS**
- 53 MISSÕES INTERNACIONAIS EM 2022  
AGÊNCIA EUROPEIA FRONTEX**
- 58 COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA**
- 71 ADIDOS DE DEFESA**
- 74 PROGRAMA SWAIMS**
- 77 ATLANTIC CENTRE  
CENTRO DO ATLÂNTICO**
- 80 CONCLUSÕES**



(página em branco)



# Introdução

O presente Relatório que agora se publica tem como objetivo apresentar uma síntese do envolvimento de militares portugueses no exterior, ao longo do ano civil de 2022, nas diversas dimensões que enformam a ação externa da Defesa Nacional.

O envolvimento de militares portugueses no exterior desenvolve-se essencialmente através da participação em missões internacionais com Forças Nacionais Destacadas (FND) e Elementos Nacionais Destacados (END), nas missões internacionais na Agência FRONTEX, na Cooperação no Domínio da Defesa (CDD), na representação externa da Defesa Nacional através da presença de Adidos de Defesa (AD), através da participação no *Programa Support to West Africa Integrated Maritime Security* (SWAIMS), e ainda através de projetos e iniciativas promovidos pelo *Atlantic Centre* – Centro do Atlântico.

Trata-se de um documento global que visa enquadrar e documentar a atividade externa da Defesa Nacional numa perspetiva abrangente e integradora, contribuindo para uma melhor perceção do esforço desta área governativa durante o último ano, e de como o envolvimento de militares no exterior do território nacional se tem traduzido na projeção e presença cada vez mais significativa e relevante de Portugal no mundo.





Num quadro de transparência e dever de informação, e sem prejuízo de outras informações pontuais ou urgentes que poderão ser solicitadas ao membro do Governo responsável pela área governativa da Defesa Nacional, a elaboração e publicitação deste Relatório encerra assim o ciclo de acompanhamento pela Assembleia da República do envolvimento de militares portugueses no exterior, em 2022.

O Relatório encontra-se dividido em sete capítulos.

Atendendo à crescente multilateralização da Defesa Nacional, o primeiro capítulo do relatório começa por contextualizar as várias dimensões que informam a ação externa da defesa, enquadrando, dessa forma, o conteúdo e a relevância da informação que foi sendo compilada ao longo do ano e que se apresenta nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo são apresentados os dados relativos às Missões Internacionais das FND e dos END, incluindo os quantitativos, a representação por género, a presença geográfica e os descritivos das missões. Em sentido idêntico, o terceiro capítulo apresenta os dados sobre as Missões Internacionais na Agência FRONTEX.

De seguida, no quarto capítulo apresenta-se informação relativa à CDD com uma descrição dos Programas-Quadro, os quantitativos dos Assessores militares, e os dados da formação realizada em Portugal. O quinto capítulo debruça-se sobre a dimensão da representação da Defesa no exterior, apresentando uma síntese da atividade dos Adidos de Defesa (AD) em 2022.

O sexto capítulo dá a conhecer o Projeto SWAIMS no âmbito da dimensão da capacitação e apresenta uma descrição das atividades desenvolvidas ao longo de 2022. O sétimo capítulo, dedicado ao *Atlantic Centre* - Centro do Atlântico, é enquadrado na dimensão das parcerias e da cooperação no âmbito da ação externa da Defesa, apresentando, de igual modo, uma síntese da atividade do Centro em 2022.

O Relatório termina com a apresentação das conclusões.

A análise desenvolvida tem por base informação e dados estatísticos que são provenientes de um conjunto de fontes e entidades que importa destacar: o Comando Conjunto para as Operações Militares do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CCOM/EMGFA), o Comando Geral da Polícia Marítima da Autoridade Marítima Nacional (CGPM/AMN), a Unidade de Implementação do Camões – SWAIMS, o *Atlantic Centre* – Centro do Atlântico e a Direção de Serviços da Cooperação no Domínio da Defesa que integra a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN).

A infografia e o acervo fotográfico foram disponibilizados pelos Serviços de Comunicação e Relações-Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, pelo Gabinete de Relações Públicas do EMGFA e pela DGPDN.



# A Ação Externa da Defesa Nacional

## Uma atuação multidimensional

Ao Estado compete assegurar a Defesa Nacional, tendo esta por objetivos garantir a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas, conforme disposto no artigo 273.º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

Em cumprimento do constitucionalmente estabelecido “Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado

Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”.<sup>1</sup>

As missões das Forças Armadas estão previstas na Lei de Defesa Nacional (LDN), aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 3/2021, de 9 de agosto, constituindo estas a base legal para a definição do nível de ambição para as Forças Armadas em geral, e o seu âmbito de aplicação.<sup>2</sup>

As Forças Armadas Portuguesas são forças modernas, bem equipadas, treinadas – dotadas com os recursos, meios e capacidades necessários – e prontas para cumprir, de forma eficaz e eficiente, as missões que lhes competem, seja nos espaços sob soberania, jurisdição ou responsabilidade nacional, ou para lá das suas fronteiras.

Neste contexto, desde o início dos anos 90, Portugal tem vindo a participar em missões e operações militares de apoio à paz e segurança internacionais, ou de natureza humanitária, no âmbito da segurança coletiva, da gestão de crises ou da segurança cooperativa com FND em diversos teatros de operações internacionais.

<sup>1</sup> Art.º 275 da CRP.

<sup>2</sup> Em cumprimento do constitucionalmente previsto e nos termos do n.º 1. do artigo 24.º da Lei de Defesa Nacional, incumbe às Forças Armadas: a) Desempenhar todas as missões militares necessárias para garantir a soberania, a independência nacional e a integridade territorial do Estado; b) Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte; c) Executar missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses; d) Executar as ações de cooperação técnico-militar, no quadro das políticas nacionais de cooperação; e) Cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais; f) Colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Este esforço da Defesa Nacional, e das Forças Armadas em particular, tem vindo a refletir a materialização dos interesses nacionais no âmbito dos compromissos assumidos com as organizações internacionais que Portugal integra, designadamente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a União Europeia (UE) e a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como no quadro bilateral ou multilateral, com países aliados e amigos, ou em coligações e outras iniciativas conjunturais.

Este percurso, do qual Portugal se deve orgulhar, assente na partilha de responsabilidades e no assumir de compromissos através do emprego de FND em missões e operações militares no exterior, tem vindo a ser consolidado e incrementado com resultados cada vez mais visíveis no panorama internacional.

Não obstante, o emprego do instrumento militar tem simultaneamente sido objeto de alguns reajustamentos no âmbito do planeamento estratégico de defesa, decorrente de pressupostos de base da Política de Defesa Nacional, e perante



imperativos decorrentes das mudanças produzidas no ambiente de segurança e consequente necessidade de adaptação para assegurar a prossecução dos interesses prioritários do país.

Com efeito, em anos mais recentes, as orientações políticas para o planeamento e emprego das FND têm procurado assegurar uma participação mais equilibrada dos contingentes nacionais em missões de todas as organizações internacionais de Defesa, ou organizações internacionais com componentes de Segurança e Defesa que Portugal integra. Releva-se o desempenho em funções de comando da força de missões, ou ainda, a participação nas estruturas de comando, nas estruturas dos quartéis-generais das forças de reação rápida, ou em missões de assessoria, treino e aconselhamento através da projeção de END.

De igual modo, as alterações verificadas no ambiente estratégico internacional nos últimos vinte anos vieram demonstrar que a segurança nacional deixou de ter fronteiras externas e internas, e que os riscos e as ameaças e os fluxos de insegurança não obedecem às fronteiras políticas nem à geografia, apresentando um carácter transnacional, difuso e cada vez mais complexo com potencial impacto no contexto estratégico de Portugal.

Estas dinâmicas da segurança internacional e as opções políticas prosseguidas têm tido reflexo no aumento da participação de militares portugueses em diferentes contextos e em diferentes geografias, em consonância com o princípio de que a segurança nacional não se esgota nas fronteiras do país, o que tem contribuído para harmonizar a projeção de Portugal em vários eixos da Política Externa, explorando oportunidades e vantagens que contribuem para alcançar os objetivos estratégicos nacionais, incluindo através da crescente promoção e visibilidade da sua reputação internacional como um país solidário, conciliador, parceiro fiável, e com grande capacidade de aproximação a outros Estados em matéria de segurança internacional.<sup>3</sup>

É também neste âmbito da segurança externa e da vizinhança próxima que se tem preconizado o envolvimento de militares e pessoal militarizado em missões da Agência Europeia FRONTEX. Apesar de estas missões não se enquadrarem no

<sup>3</sup> A Participação de Portugal em Missões Internacionais como Eixo Estratégico de Política Externa, Vanda Amaro Dias, Maria Raquel Freire e Joana Rocha Bairradas, Nação e Defesa, 2021, N.º 159, pp. 119 – 150.

conceito de FND, o emprego de meios das Forças Armadas (Marinha e Força Aérea) e da AMN – PM tem contribuído de forma decisiva para a proteção e o controlo das fronteiras nacionais e comunitárias no quadro da UE.

Esta evolução estratégica e institucional da Defesa Nacional reflete uma conceção do instrumento militar que não se esgota nas missões de carácter operacional, podendo abranger outras dimensões que integram a ação da Política de Defesa Nacional no exterior, contribuindo para o esforço de projeção de estabilidade e produção de segurança internacional.

É nesse contexto do relacionamento estruturado entre Estados e através da participação nacional em contextos multilaterais e bilaterais que se verifica o envolvimento das Forças Armadas e da Defesa Nacional no conceito da CDD, abrangendo toda a atividade de cooperação em que o Ministério da Defesa Nacional se encontra empenhado com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste (PALOP e TL).

A política de CDD tem como objetivos contribuir para a paz e segurança internacionais, edificação e reforma do setor da segurança, estreitamento das relações com os países parceiros e o reforço da credibilidade e visibilidade de Portugal no quadro das relações internacionais.

Apesar de a CDD também não se constituir como FND, esta configura um instrumento valioso de relacionamento externo da Defesa, enriquecendo e reforçando o papel de Portugal à escala mundial, através de uma cooperação ímpar com os demais países de língua portuguesa.

Neste sentido, a CDD deverá ser entendida como uma importante componente da ação externa no domínio da Defesa Nacional, que se encontra devidamente articulada e alinhada com a Política Externa e com a Estratégia de Cooperação portuguesas.

Esta maior amplitude na aplicação do instrumento militar, em conjugação com os fatores que vêm sendo referidos, contribuirá decisivamente para desenvolver uma ação externa da Defesa que atualmente abrange outras dimensões da Defesa Nacional que concorrem para a promoção dos interesses nacionais.



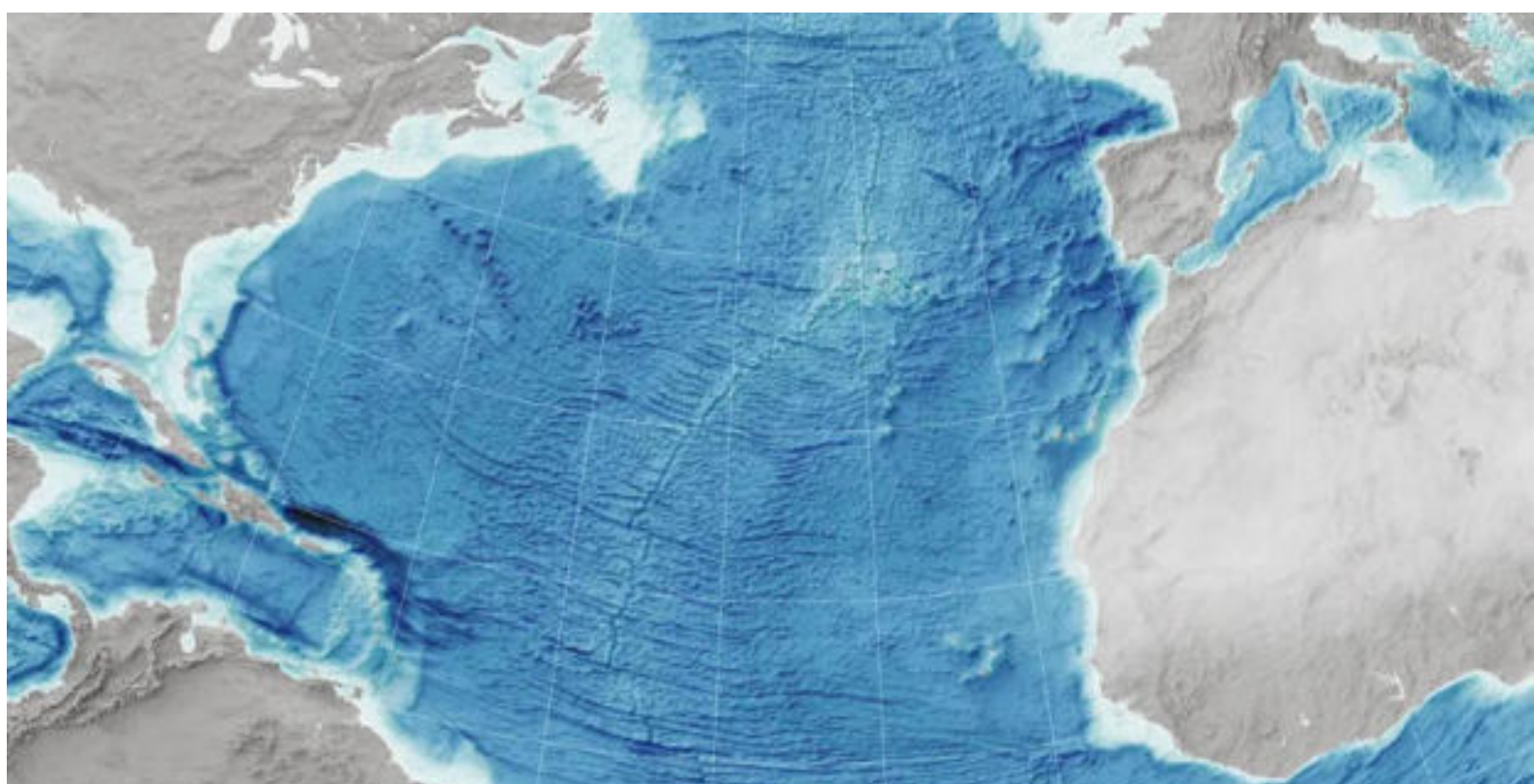
Trata-se de dimensões de natureza institucional, de representação externa da Defesa, técnica ou de capacitação, ou ainda, de iniciativas de diálogo e plataformas de capacitação.

Estas dimensões incluem:

A representação externa da Política de Defesa Nacional, função desempenhada pelos AD em representação do Ministério da Defesa Nacional no país onde estão acreditados;

A participação em programas de capacitação em projetos e missões, dentro e fora do território nacional, como é o caso do Programa SWAIMS, que visa a edificação de meios junto de países terceiros para reforçar as suas capacidades para enfrentar desafios específicos na área da Defesa, contribuindo assim para a melhoria das condições de Segurança nessas regiões; e

A iniciativa portuguesa do *Atlantic Centre* – Centro do Atlântico, que se assume como um instrumento de afirmação de Portugal, promovendo a segurança no conjunto do Atlântico, através da constituição e do desenvolvimento de uma plataforma de diálogo político para abordar os múltiplos desafios da região, através de uma organização de segurança baseada na cooperação centrada no reforço da capacidade de defesa no Atlântico.



## Princípios orientadores e diretiva política

Conforme referido anteriormente, o empenhamento das Forças Armadas Portuguesas no domínio externo insere-se no apoio à ação externa do Estado na área da Defesa, e obedece a um quadro de orientações específicas:<sup>4</sup>



- a) Os critérios de emprego das Forças Armadas e o conceito de ação militar, expressos no Conceito Estratégico Militar de 2014, que decorre do Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013;
- b) As linhas de orientação política constantes na Diretiva de Orientação Política para o Planeamento das FND para o ano de 2022, adiante designada simplesmente como diretiva de orientação política, e que constitui o documento orientador que esteve na base da aprovação das FND projetadas para o ano de 2022.

A diretiva de orientação política constitui o primeiro passo do processo de planeamento de FND, estabelecendo as diretrizes políticas para o planeamento e emprego de FND e tendo por base os pressupostos da Política de Defesa Nacional.

Esta orientação política tem em conta a evolução do ambiente estratégico internacional, os alinhamentos internacionais no quadro das Políticas de Defesa e Segurança das Organizações Internacionais que Portugal integra, e interpreta e traduz, através dos ativos disponíveis, os compromissos assumidos e as prioridades de Política Externa.

<sup>4</sup> Ref. Despacho, de 31 de agosto de 2020, do Ministro da Defesa Nacional: Diretiva de Orientação Política para o Planeamento das Forças Nacionais Destacadas.

As orientações constantes da diretiva de orientação política para o planeamento de FND no ano de 2022 sintetizam-se da seguinte forma:

- Prosseguir o reforço da nossa postura no corredor Atlântico como espaço prioritário de interesse geoestratégico, nomeadamente através da participação em missões de fiscalização conjunta no Golfo da Guiné e em exercícios no domínio da segurança marítima;
- Garantir uma presença no Mediterrâneo como espaço de interesse nacional, no quadro da segurança cooperativa, nomeadamente através da cooperação reforçada com os países do Magrebe e da participação em missões de fiscalização conjunta, em exercícios no domínio da segurança marítima e em operações de estabilização e de paz;
- Privilegiar as missões e operações que, especificamente, contribuam para a estabilidade da nossa vizinhança próxima, na defesa de uma fronteira avançada da Europa, em particular, o Magrebe e o Sahel e a região mais a Sul, incluindo (...) no norte de Moçambique;
- Garantir, de forma inequívoca, o compromisso e a solidariedade para com a Segurança e Defesa do espaço estratégico da OTAN, contribuindo para o combate e limitação do terrorismo transnacional, através da participação em operações militares e/ou em missões de assessoria;
- Ponderar a prossecução da participação nacional no quadro do combate ao crime organizado e ao Terrorismo Transnacional como ameaças à paz e segurança internacionais;
- Garantir o equilíbrio do contributo nacional para as missões e operações no âmbito das Nações Unidas, da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte;
- Garantir a consecução de atividades associadas à capacitação institucional no domínio da Defesa, nomeadamente no quadro da assistência, do treino, formação e assessoria.

Com base nestas orientações, pressupostos e antecedentes, o planeamento estratégico militar desenvolveu o respetivo projeto de proposta de planeamento para as participações das FND em 2022, tendo esta proposta sido aprovada pelo Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), ouvido o Conselho de Chefes do Estado-Maior, e proposto pelo CEMGFA à consideração superior de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional.

Posteriormente, foi apresentada a proposta final consolidada e fundamentada do Plano Anual das FND no exterior para o ano civil de 2022 ao Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN).

Na sequência do parecer favorável do CSDN, na sua sessão de 26 de novembro de 2021, e nos termos da Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto e atento o disposto no n.º 3, alínea i) do art.º 12.º da Lei Orgânica n.º 3/2021, de 9 de agosto, em 20 de dezembro de 2021, foi comunicada, por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, a decisão do Governo sobre o empenhamento em missões no exterior do território nacional para o ano de 2022.

Refira-se, ainda, que durante o ano de 2022 se efetuou um conjunto de alterações e reajustamentos à proposta de Forças Nacionais Destacadas para 2022, aprovada em 26 de novembro de 2021.

Na sua sessão extraordinária de 24 de fevereiro, na sequência da invasão da Ucrânia, o CSDN deu parecer favorável às propostas do Governo para a participação das Forças Armadas Portuguesas no âmbito da OTAN.

Nas suas sessões ordinárias de 20 de junho e 3 de outubro, o CSDN deu igualmente parecer favorável a diversos reajustamentos à proposta de Forças Nacionais Destacadas para 2022 que resultaram no cancelamento, antecipação, reforço ou extensão de algumas missões que tinham sido planeadas, e ainda uma nova participação nacional numa missão da OTAN.



# Missões Internacionais em 2022

## Forças Nacionais Destacadas

Definidas as áreas de interesse estratégico nacional, a participação das FND tem vindo a seguir uma lógica de continuidade, conjugando missões e operações plurianuais, no quadro da defesa coletiva e da segurança cooperativa, onde se destacam a segurança marítima, o combate ao terrorismo, o treino e capacitação, o policiamento aéreo, o emprego de forças de reação rápida, forças de estabilização, e de operações especiais, na monitorização de acordos de cessar-fogo, bem como no esforço de recolha de informações.

De seguida é apresentada a informação recolhida em cada um dos empenhamentos nas respetivas missões e operações em que se verificou o envolvimento de FND e END, ao longo do ano de 2022, com uma análise da participação portuguesa no âmbito da ONU, OTAN, UE e bilateral-multilateral.

## Principais indicadores

No ano de 2022, com empenhamento de militares e meios da Marinha, do Exército e da Força Aérea, sob comando operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Portugal esteve presente em vinte e nove (29) missões em países do continente africano, americano, asiático e europeu, nas quais foram empenhados **dois mil quatrocentos e vinte e sete (2427) militares**, oitenta e nove (89) viaturas táticas, nove (9) navios e oito (8) aeronaves.

No âmbito da aliança OTAN, foram empenhados mil cento e setenta e um (1171) militares em onze (11) missões na Lituânia, na Islândia, na Roménia e no Iraque, assim como no Mar Mediterrâneo, no Mar Báltico, no Mar Negro e no Atlântico.

Em operações internacionais de apoio à paz da ONU, Portugal esteve presente em três (3) missões, nas quais foram empenhados seiscentos e cinco (605) militares na Colômbia, no Mali e na República Centro-Africana.

No seio da União Europeia, foram empenhados trezentos e oitenta e cinco (385) militares em seis (6) missões nos teatros de operações da Somália, do Mali, da República Centro Africana e de Moçambique, bem como no Mar Mediterrâneo e no Oceano Índico.

Em missões de âmbito bilateral e multilateral, estiveram empenhados duzentos e sessenta e seis militares em nove (9) missões, designadamente na Roménia, Guiné-Bissau, Jordânia, República Centro-Africana, Mali, Golfo da Guiné e São Tomé e Príncipe.

Relativamente à estrutura dos dados, refira-se que algumas posições são anuais, sendo desempenhadas pelo mesmo elemento, enquanto outras posições são ocupadas por contingentes que obedecem a uma rotação, o que se traduz numa duplicação dos quantitativos envolvidos numa determinada missão/operação. Não obstante, é sempre observado o teto máximo do efetivo a empenhar ao longo do ano, decorrente do planeamento aprovado e dos ajustamentos propostos pelo Governo e objeto de parecer favorável do CSDN.

O empenhamento das Forças Armadas em missões e operações no exterior registou um aumento substancial a partir do segundo trimestre de 2022, variação que se deve sobretudo ao eclodir do conflito no Leste da Europa, decorrente da invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa a 24 de fevereiro de 2022.

Esta variação, sustentada pelos dados, é reveladora de uma tendência de crescimento ao longo do ano, motivada pela degradação do ambiente de segurança internacional, com especial incidência no espaço euro-atlântico, e da necessidade de assegurar um robustecimento da presença militar nacional no flanco Leste da Aliança Atlântica.

De igual modo, e apesar de as diretivas políticas e o planeamento estratégico militar para o empenhamento de FND para o ciclo de 2022 se reportarem a finais de 2021, merece ainda assim referência que este incremento progressivo do efetivo ao longo

do ano está em consonância com a multiplicação de crises e o agravamento progressivo de instabilidade regional na fronteira mais a sul, motivada pelo aumento da conflitualidade, da violência extremista e fundamentalista, do terrorismo, do crime organizado e das migrações em massa.

O mesmo gráfico apresenta os dados da distribuição do efetivo por género, de acordo com os critérios previamente estabelecidos.

Neste âmbito, importa sublinhar a continuidade da tendência crescente e sustentada da participação de elementos do sexo feminino em missões internacionais.

Relativamente à representação dos três Ramos – Exército, Marinha e Força Aérea –, a média mensal dos efetivos é a seguinte:

Exército: 405 masculino / 34 feminino

Marinha: 132 masculino / 12 feminino

Força Aérea: 66 masculino / 10 feminino





Atualmente, e tendo por base os valores consolidados do ano de 2022, a distribuição do efetivo por género traduz-se num rácio de 1:10 (feminino/masculino), aproximadamente (Gráfico 1).

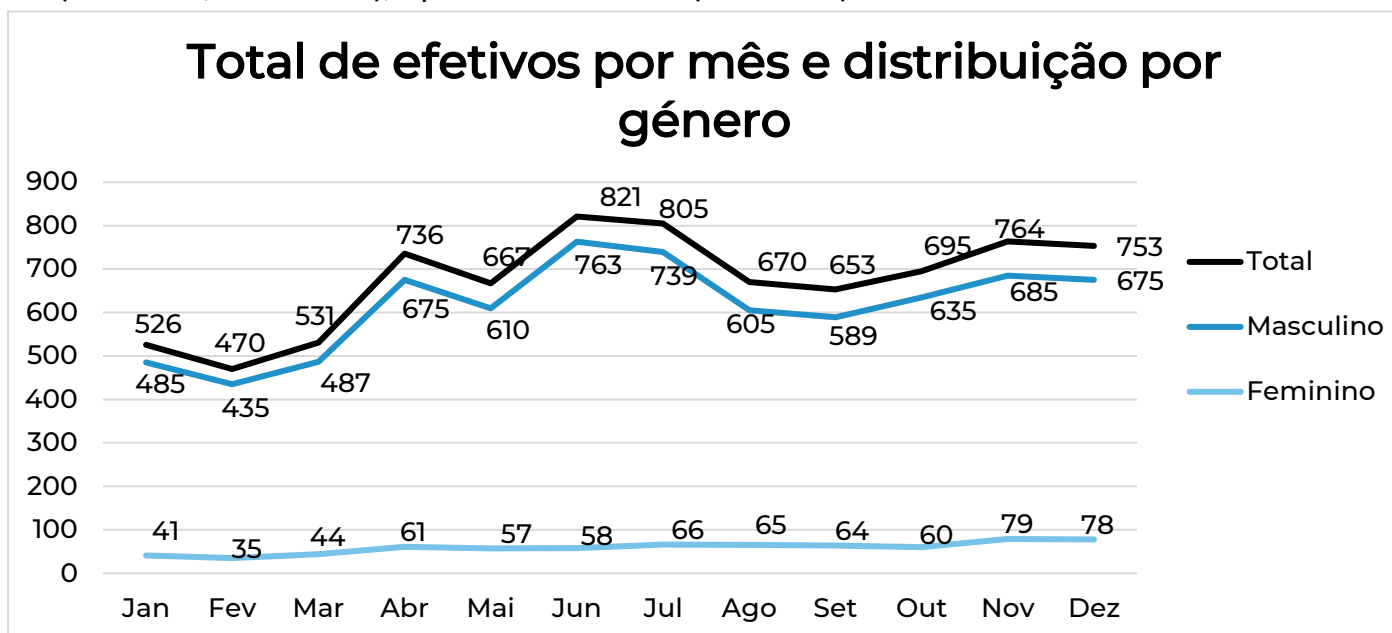


Gráfico 1

No sentido de fornecer uma perspetiva temporal sobre esta matéria apresentam-se as médias de empenhamento dos efetivos que têm sido registadas ao longo dos últimos dez anos (Gráfico 2).

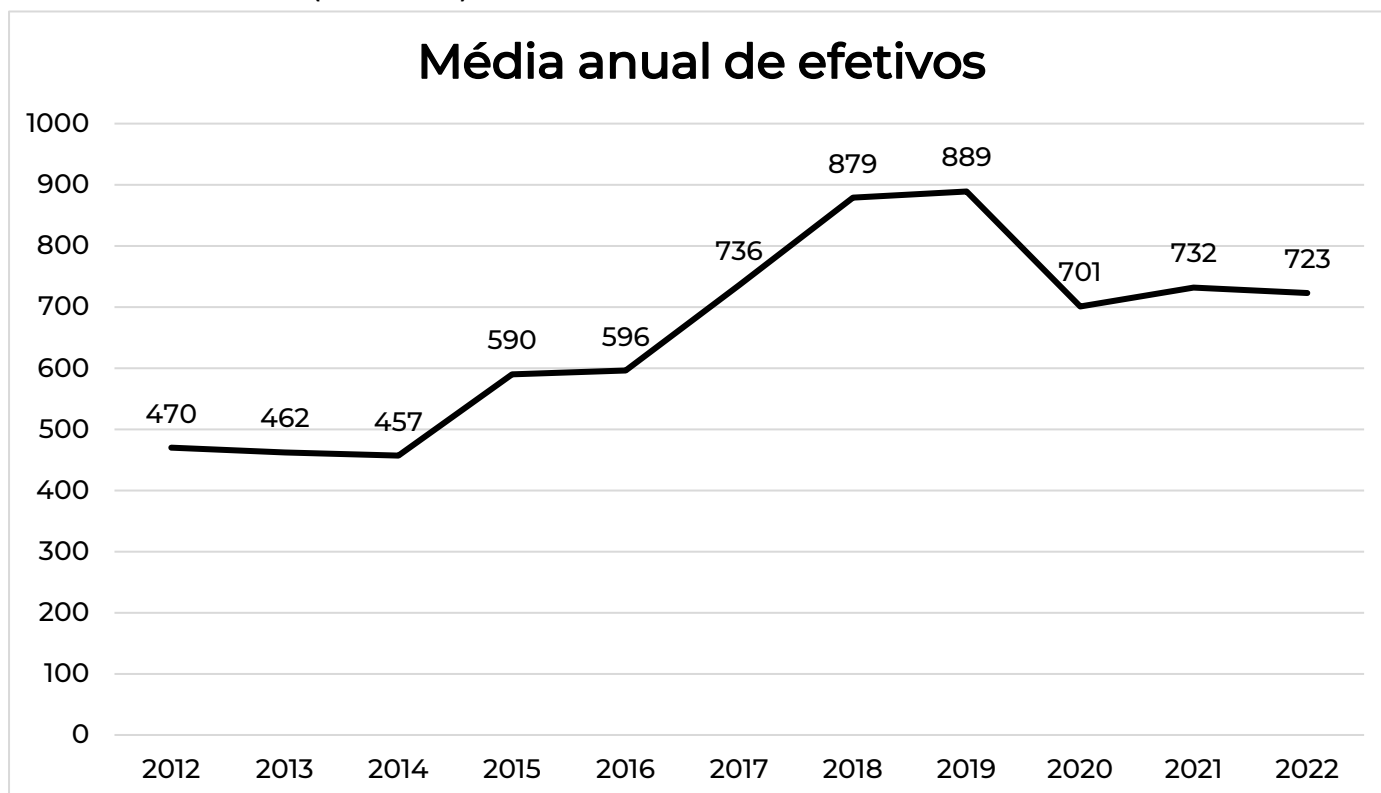


Gráfico 2

## Fundamentos da presença geográfica

Em termos do envolvimento de FND, END e AMN/PM em missões e operações no exterior, nos diferentes contextos das Organizações Internacionais e contextos bilateral/multilateral, verifica-se a seguinte distribuição: OTAN (38%), ONU (32%), UE + FRONTEX (20%), UE sem FRONTEX (19%), e bilateral/multilateral (10%) (Gráfico 3).

No que diz respeito às áreas e regiões geográficas de maior incidência do empenhamento de efetivos, destaca-se a presença nacional no Leste Europeu e no triângulo africano RCA-Moçambique-Golfo de Áden (Gráfico 4).

Com efeito, a presença e participação nacional equilibradas em missões de todas as organizações de Defesa e alianças a que Portugal pertence, cujos valores, princípios e preocupações estratégicas convergem com os objetivos e interesses nacionais permanentes, assume-se claramente como um fator determinante para o planeamento do emprego das Forças Armadas em missões e operações no exterior.

Relativamente à “pegada geográfica”, importa assinalar que a Europa, o Atlântico e o triângulo estratégico que se gera enquanto elo geográfico, constituem um espaço de projeção natural para Portugal, em virtude do seu território continental e dos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Nessa medida, a invasão da Ucrânia pela Rússia aumentou o nível de esforço nacional em 2022, com reflexo desde logo na distribuição geográfica dos contingentes militares, decorrente das obrigações de Portugal enquanto ator internacional responsável e membro da Aliança Atlântica. Nessa linha, é também de assinalar o incremento da presença no Mediterrâneo, área de interesse nacional vital, e fronteira incontornável de segurança para Portugal e para o espaço europeu.

Mais substancial ainda, quer pelo seu efeito cumulativo, quer pela relevância e visibilidade de um conjunto específico de missões assumidas por Portugal ao longo

dos últimos anos, tem sido a projeção de militares portugueses nos espaços do Atlântico e nas regiões do Sahel e outras regiões de África.

O Atlântico: por se tratar de um espaço de interesse estratégico nacional que assume grande centralidade e importância para as linhas de comunicação e comércio entre continentes.

As regiões do Norte de África, Sahel, África Subsaariana e Oriental, bem como outras regiões de África: por se tratar de regiões essenciais para a projeção externa e a segurança da UE, quer em virtude da sua proximidade geográfica, quer pelas suas reservas energéticas, quer ainda pelos desafios de carácter securitário, económico, social e ambiental.

A ameaça terrorista, na sua variante jihadista, tem alastrado pelo Sahel e pela África Ocidental, gerando ramificações no Golfo da Guiné e incentivado uma conflitualidade acrescida na África Subsaariana e Oriental, com risco potencial de se propagar a diferentes países e regiões.

Cumulativamente, verifica-se nestas regiões uma crescente presença e influência de competidores estratégicos e elementos não-estatais que contribuem para uma maior instabilidade e aumento da volatilidade do ambiente securitário.

O ano de 2022 ficou também marcado pelo facto de Portugal ter assumido, em simultâneo, o Comando da Força de três (3) missões/operações militares da UE, designadamente a Operação ATALANTA, a EUTM Moçambique e a EUTM RCA.

Nesta medida, a presença nacional resulta da necessidade de articular dos meios e recursos disponíveis e do imperativo de uma participação equilibrada e de uma abordagem mar-terra-mar, reflexo da Política de Defesa Nacional e da prioridade que esta atribui:

- Desde o Atlântico ao Mediterrâneo, à segurança marítima, à fiscalização e capacitação, e ao aproveitamento do potencial multiplicador destas missões marítimas no plano bilateral, quer no plano da CDD, quer através das Presenças Marítimas Coordenadas (PMC) da UE;

- À Segurança e Defesa em África e oportunidades de empenhamento que a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE proporciona, o prestígio e visibilidade das Forças Armadas decorrente da presença na RCA e na missão EUTM Moçambique, com a particularidade de estar associada ao Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) e ao novo conceito de treino e equipamento das missões PCSD. Por fim, assegurando uma presença no Índico;
- Ao espaço euro-atlântico, através de missões no âmbito das medidas de tranquilização e vigilância reforçada, incluindo as que foram desencadeadas em resposta à invasão da Ucrânia, reforçando a postura de dissuasão na Europa Central e ao longo da fronteira do Leste da Europa.

### Total de efetivos empregues nos diferentes contextos Organizações Internacionais e bilateral/multilateral

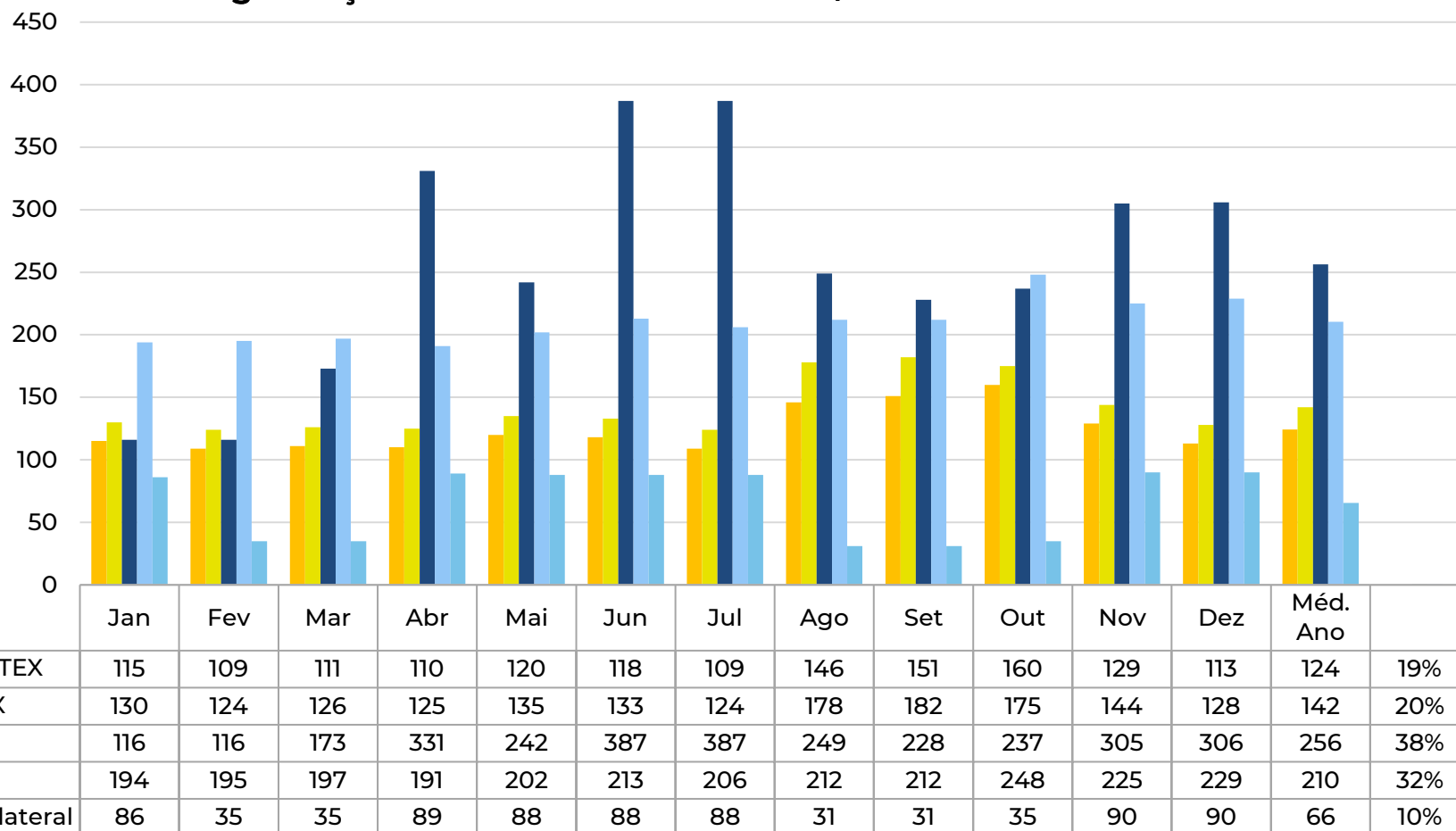
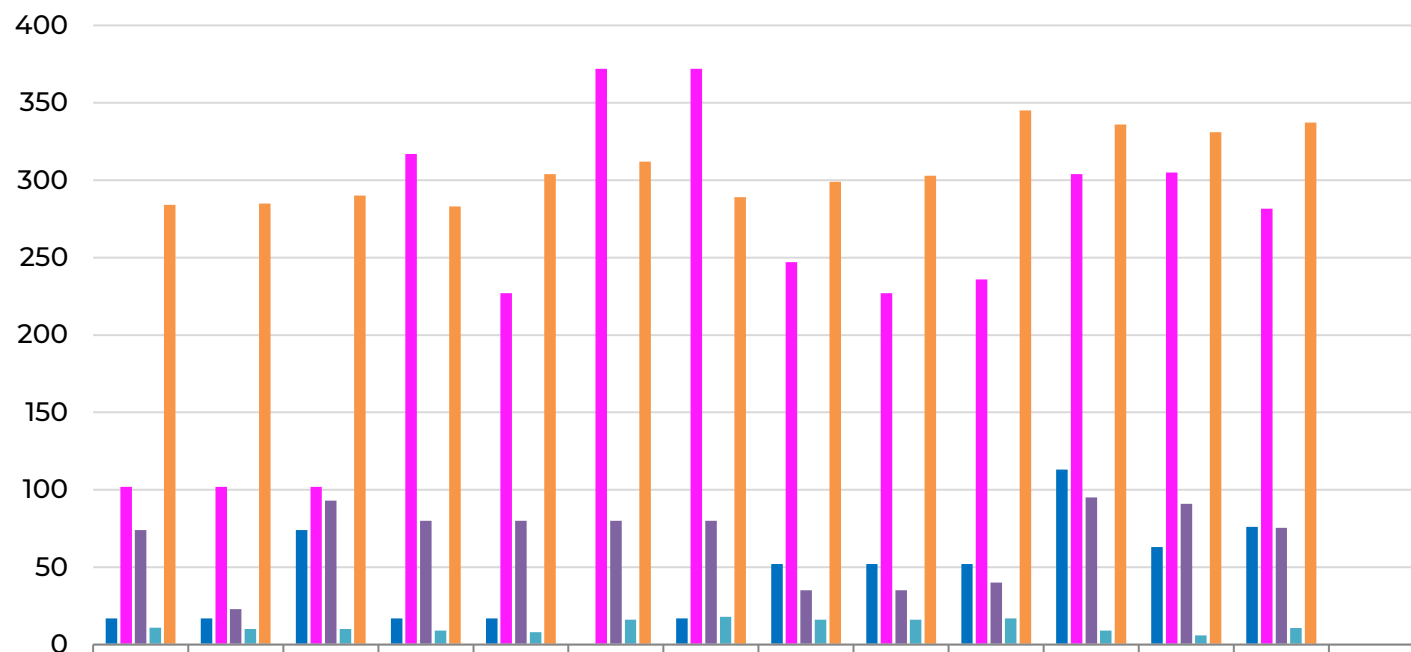


Gráfico 3

### Distribuição por regiões geográficas



|                                     | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | Méd. Ano |        |
|-------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----------|--------|
| ■ Mediterrâneo                      | 17  | 17  | 74  | 17  | 17  | 0   | 17  | 52  | 52  | 52  | 113 | 63  | 76       | 9,72%  |
| ■ Leste Europeu                     | 102 | 102 | 102 | 317 | 227 | 372 | 372 | 247 | 227 | 236 | 304 | 305 | 282      | 36,02% |
| ■ Golfo da Guiné/Costa Ocidental    | 74  | 23  | 93  | 80  | 80  | 80  | 80  | 35  | 35  | 40  | 95  | 91  | 75       | 9,63%  |
| ■ Sahel                             | 11  | 10  | 10  | 9   | 8   | 16  | 18  | 16  | 16  | 17  | 9   | 6   | 11       | 1,36%  |
| ■ Eixo RCA/Moçambique/Golfo de Aden | 284 | 285 | 290 | 283 | 304 | 312 | 289 | 299 | 303 | 345 | 336 | 331 | 337      | 43,14% |

Gráfico 4





# Operações e missões no âmbito da ONU

MINUSMA<sup>5</sup> | Mali

Participação Nacional:

2 militares com funções no Estado-Maior da Missão em Bamako | 12 meses

**Missão:** A 29 de junho de 2022, o CSNU adotou a Resolução 2640 (2022) renovando a missão até 30 de junho de 2023 e definiu como objetivo estratégico prioritário apoiar a transição política do país, bem como a outras partes interessadas e relevantes do Mali. A segunda prioridade estratégica da MINUSMA é facilitar a implementação, pelos atores do Mali, de uma estratégia abrangente, inclusiva e politicamente focada que aborda as causas profundas e os impulsionadores da violência conflito, protege os civis, reduz a violência intercomunitária e restabelece a presença e a autoridade do Estado, bem como os serviços sociais básicos na região central do país, por meio da implementação das suas tarefas atribuídas.

**Quantitativos:** 13.289 militares e 1.920 polícias.

**Situação no Terreno:** No atual contexto político, a situação securitária tende a agravar-se. A violência crescente tem vindo a ser observada pelos vários atores internacionais, sendo a população civil a mais vitimizada, sujeita a violações de Direitos Humanos. A atuação das FAMA,<sup>6</sup> mesmo com o apoio dos seus parceiros russos, afigura-se insuficiente para conter o avanço da violência no país.

**Análise:** A missão tem tido um sucesso limitado no cumprimento dos seus objetivos, tentando adaptar o seu mandato às circunstâncias, mas enfrentando falta de capacidades-base para o seu desempenho (ex. capacidade aérea). A este quadro acresce a preponderância que atores não-estatais, como o Grupo Wagner, acabaram por assumir junto das autoridades locais. A atuação desta empresa militar privada russa, focada num acompanhamento direto das FAMA, com uma “não exigência” de políticas de boa governação, antagónicas aos princípios e valores ocidentais, aliadas a fortes campanhas de propaganda (das suas ações) e de desinformação para isolar eventuais detratores/opositores, acaba por se traduzir numa forte influência junto das principais estruturas governativas do Mali. Acresce ainda a retirada francesa do Mali durante o ano de 2022 e o fim da Operação *Barkhane*, bem como a subsequente reorganização da presença do efetivo militar de França na região.

**Conclusões/Recomendações:** quanto à participação nacional em missões na região do Sahel, nomeadamente no Mali, julga-se adequado manter a presença na região sendo que se deverá monitorizar e acompanhar a evolução da situação, promovendo o mais possível, as devidas interações desta missão com a EUTM Mali e outras, com o objetivo de manter o esforço de luta antiterrorista na região. Em 2023, Portugal irá participar com o mesmo efetivo, por um período de 12 meses.

<sup>5</sup> United Nations Multidimensional Integrated Stabilization in Mali.

<sup>6</sup> Forças Armadas do Mali.

**MINUSCA<sup>7</sup> | RCA****Participação Nacional:**

**1 companhia de Infantaria, com elementos de ligação, apoio logístico e veículos aéreos não tripulados, com tarefas de vigilância e proteção de força, sediada em Bangui, com a missão de QRF<sup>8</sup> e com um efetivo de 214 militares; e Deputy Force Commander (Major-General Maia Pereira exerceu funções até 28 abril de 2022; Major-General Pedro Gonçalves Soares exerce funções desde julho 2022) com Staff de apoio no Quartel-General de 14 militares | 12 meses**

**Missão:** Operação de manutenção da paz da ONU para proteger a população civil e facilitar o acesso da ajuda humanitária à República Centro-Africana (RCA), devastada pela guerra. Em 2022, o CSNU adotou a Resolução 2659 (2022) por 12 votos a favor, nenhum contra, com 3 abstenções (China, Gabão, Federação Russa), prorrogando assim o mandato da Missão até novembro 2023, mantendo também o efetivo atual da MINUSCA. A missão nacional consiste na projeção de uma QRF – Força de Reação Rápida – que é acionada para responder, com elevada prontidão e capacidade de emprego da força, se e quando necessário, na proteção da população civil, recolha de informação e operações de vigilância, bem como patrulhas de segurança.

**Quantitativos:** 14.400 militares, incluindo 580 observadores, e 3.020 polícias.

**Situação no Terreno:** Apesar de existirem progressos na estabilização da RCA e passos positivos do Governo na implementação do Acordo de Paz e do Roteiro de Luanda, incluindo o cessar-fogo unilateral, a dinamização do processo de Diálogo Republicano e a preparação das eleições locais, a RCA mantém necessidades básicas generalizadas, nomeadamente na vertente da formação das Forças Armadas e de Segurança centro-africanas. Existe uma forte presença russa, com poder de influência sobre as autoridades.

**Análise:** A missão tem uma série de tarefas prioritárias, nomeadamente: apoio à implementação do processo de transição, incluindo os esforços em favor da extensão da autoridade do Estado e preservação da integridade territorial; proteção dos civis; facilitar a entrega imediata, completa, segura e sem entraves da ajuda humanitária; proteção do pessoal, instalações e equipamentos das Nações Unidas; promoção e proteção dos Direitos Humanos; apoio à justiça nacional e internacional e do Estado de Direito; acompanhar, ajudar a investigar e reportar ao Conselho de Segurança, as violações do Direito Internacional. Aplica o conceito Desarmamento, Desmobilização, Reintegração e Repatriação (DDRR). Constata-se uma forte presença de forças não-afiliadas russas, pertencentes ao Grupo Wagner, que inicialmente se empenharam na segurança direta do Presidente e depois evoluíram para o acompanhamento e combate conjunto com as FACA.<sup>9</sup>

**Conclusões/Recomendações:** Portugal está presente na RCA desde 2016, contribuindo, de forma muito empenhada, para a estabilização do país, no âmbito da MINUSCA, missão executiva, e da EUTM RCA, missão não-executiva. Demonstra assim o seu empenhamento no contributo para a estabilização da RCA. A experiência recolhida durante o empenhamento contínuo na missão permite um conhecimento profundo da realidade centro-africana, as suas particularidades e fatores que influenciam o desempenho da missão. Uma hipotética adoção de soluções métricas iguais para contextos diferentes (Mali vs. RCA) parece revelar-se inadequada. Nesta medida, Portugal tem defendido a sua continuidade na MINUSCA, considerando que seria um erro retirar do terreno as forças de paz multinacionais. Acresce a importância estratégica de manter uma participação diferenciada e equilibrada dos empenhamentos nacionais nas diversas Organizações Internacionais que Portugal integra.

<sup>7</sup> United Nations Multidimensional Integrated Stabilization in the Central African Republic.

<sup>8</sup> Quick Reaction Force.

<sup>9</sup> Forças Armadas Centro Africanas.

Com efeito, o empenhamento nesta missão na RCA constitui o maior destacamento de Portugal de FND em missões internacionais, reflexo do compromisso assumido quer com a ONU, quer com a RCA, país com o qual Portugal mantém também relações bilaterais em matéria de Defesa. Esta é também a missão que representa um risco maior, pelos factos referidos, e que Portugal tem conseguido cumprir com elevada capacidade operacional neste teatro de operações, incluindo pela exigência do contexto – marcado por potenciais ataques de grupos armados – que requer elevado nível de mobilidade e uma resposta reativa e decisiva, capaz de assegurar a proteção da população. Estas circunstâncias, aliadas ao nosso conhecimento do terreno, capacidade de aproximação às diversas instituições e populações locais, e ainda o profissionalismo demonstrado pelos contingentes nacionais, têm tido elevada visibilidade junto dos nossos aliados e países parceiros, sendo, por isso, um fator com impacto significativo na reputação de Portugal na ONU e enquanto produtor de segurança internacional. Em 2023, a participação de Portugal na MINUSCA irá manter-se de forma idêntica. A par do habitual acompanhamento operacional, esta missão é objeto de acompanhamento estratégico em permanência.



**UNVMC<sup>10</sup> | Colômbia****Participação nacional:****2 militares observadores | 12 meses**

**Missão:** Monitorização do acordo de desarmamento entre o governo do país e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo, FARC EP. Foi estabelecida através da Resolução 2261 (2016) de 25 de janeiro. O Conselho de Segurança tem prorrogado o mandato todos os anos, sendo que a Resolução 2655 (2022) renova o mandato até 31 de outubro de 2023.

**Quantitativos:** 120 observadores militares e polícias, em equipas conjuntas, e com liderança civil para assegurar a ligação com as forças policiais.

**Situação no Terreno:**<sup>11</sup> No que diz respeito à reintegração de ex-combatentes, 10.566 (2/3 do total) residem fora das áreas para o treino e reintegração e 75% dos acreditados participam em projetos produtivos. Em algumas regiões, a reintegração está ameaçada pela insegurança causada por atores armados ilegais, registando-se 355 mortes de ex-combatentes e ainda o registo de 244 homicídios de defensores dos Direitos Humanos desde o Início da missão. Tem existido um considerável e abrangente investimento no desenvolvimento rural e substituição das culturas ilícitas.

**Análise:** A missão visa a observação e apoio na reintegração dos membros das FARC-EP à vida política, económica e social.

O acordo tripartido celebrado prevê:

- A reincorporação política, com garantias para o novo partido ou movimento político que surja da passagem das FARC-EP para um quadro político legal.
- Garantias de segurança e combate às organizações e condutas criminosas responsáveis por homicídios e massacres, que agridem defensores de Direitos Humanos, movimentos sociais ou movimentos políticos ou que ameacem aqueles que participam da implementação dos acordos e da construção da paz.
- Programas abrangentes com medidas de segurança efetivas na proteção das comunidades e devida organização nos territórios.

**Conclusões/Recomendações:** A ONU vai continuar a prestar apoio com esta missão de observação, com a muito recente conclusão do processo das segundas eleições nacionais, desde a assinatura do Acordo Final de Paz, e a transição para uma nova administração que se compromete com a implementação do referido acordo.

Em termos nacionais, a participação nesta missão adequa-se face à orientação política para as FND 2022.

<sup>10</sup> United Nations Verification Mission Colombia.

<sup>11</sup> De acordo com o último relatório da missão (jan23).

# Operações e missões no âmbito da OTAN

## ICELANDIC AIR POLICING | Islândia

Participação Nacional: Empenhamento de 4 aeronaves F-16, com um contingente de 97 militares | 24 de janeiro - 6 de abril

**Missão geral:** Policiamento aéreo no âmbito do Sistema Integrado de Defesa Aérea e de Mísseis da OTAN, salvaguardando e protegendo o território, as populações e as forças da Aliança Atlântica contra ameaças e ataques aéreos e de mísseis, contribuindo para a segurança e integridade do espaço aéreo dos Aliados.

**Missão específica:** Dada a localização geográfica, os Aliados, em conjunto com as autoridades islandesas, concordaram em manter uma presença periódica de aeronaves de combate da OTAN baseada em Keflavik, com o envio, em regime de rotatividade, normalmente por períodos de três a quatro semanas, três vezes por ano.

**Conclusões:** Com a invasão da Ucrânia pela Rússia, verificou-se a mobilização de meios de Defesa Aérea para a fronteira Leste da OTAN.

A participação nacional nesta tipologia de missões irá ser uma das prioridades em termos de futuro das FND.

## OPERAÇÃO ALLIED SOLACE | Kosovo

Participação Nacional: 5 militares: 1 militar integrado no *Multinational CIMIC Group*, e 1 destacamento de apoio sanitário do Agrupamento Logístico Conjunto composto por 4 militares (2 médicos e 2 enfermeiros) | janeiro – 28 fevereiro

**Missão:** Operar com forças de outras nações, no campo de Bechtel, e através do *Multinational Civil Military Cooperation Group*, um alojamento temporário onde se efetuou a operação de apoio aos cidadãos civis afegãos evacuados de Cabul e que aguardavam oportunidade para serem recolocados em países de acolhimento.

**Análise/Conclusões:** A retração das Forças da OTAN do Afeganistão originou profundas alterações no seu contexto político-social. A presente missão teve início em 24 de agosto de 2021 e cessou com a retração dos meios envolvidos para o território nacional.

**FORWARD PRESENCE | Fronteira Leste, Roménia e Lituânia****Participação Nacional:****Tailored Forward Presence (Roménia): 4 militares em funções de Estado-Maior | 12 meses****Enhanced Vigilance Activities (Roménia): 1 Companhia de infantaria reforçada do Exército com 222 militares; 1 Unidade de *Ground -Based Air Defence* (defesa aérea a partir de terra), equipada com mísseis terra-ar Stinger e constituída por até 22 militares; 1 Unidade Tarefa de Operações Especiais, a rodar entre a Marinha e o Exército, constituída por até 20 militares | entre 7 abril e 31 dezembro****Assurance Measures (Lituânia): 1 companhia de fuzileiros, 146 militares | entre 1 junho e 29 agosto**

**Missão Assurance Measures e Tailored Forward Presence:** As **Assurance Measures**, com uma diretiva de abril de 2014, em conjunto com a **Enhanced Forward Presence**<sup>12</sup> e a **Tailored Forward Presence**<sup>13</sup>, decididas na Cimeira de Varsóvia em 2016, concretizam um reforço da presença militar no Leste da Europa. Estas iniciativas complementares contra as ameaças híbridas russas têm vindo a ser fortalecidas ao longo dos últimos anos, contribuindo não só para a postura de dissuasão e defesa da OTAN, mas também para aumentar a sua capacidade de resposta. No caso das **Assurance Measures**, a participação nacional integra-se numa contínua presença e significativa atividade militar, numa base de rotação, no flanco Leste da área de responsabilidade da Aliança Atlântica, materializando-se numa série de exercícios e atividades em terra, no ar e no mar baseados em cenários de Defesa coletiva e gestão de crises. No caso da **Tailored Forward Presence**, a participação nacional visa o desenvolvimento de funções em Estado-Maior nos Comandos Multinacionais das Brigadas Aliadas, em regime de rotação.

**Missão enhanced Vigilance Activities:** Na sequência da invasão da Ucrânia, a OTAN decidiu reforçar a defesa da sua fronteira sudeste, através da missão **enhanced Vigilance Activity** (eVA), demonstrando coesão na proteção, dissuasão e, se necessário, defesa dos membros da Aliança Atlântica. Portugal, como membro da OTAN, reafirma o seu forte compromisso com esta organização e reitera o seu empenho nos esforços internacionais para a manutenção da paz, tendo participado na eVA em 2022.

**Conclusões:** A invasão da Ucrânia e a identificação da Rússia como uma ameaça para os países geograficamente mais próximos, vem influenciar a postura de dissuasão e defesa da OTAN. O reforço já concretizado da presença dos Aliados nos países do flanco Leste – além dos países bálticos, nomeadamente na Eslováquia, na Hungria, na Roménia e na Bulgária, no âmbito da eVA – será seguramente prolongado no tempo, podendo mesmo vir a ser assumido o seu caráter permanente. Em 2023 Portugal irá manter a sua participação na **Tailored Forward Presence**, na eVA e nas **Assurance Measures**, em moldes idênticos.

<sup>12</sup> eFP - Estónia, Letónia, Lituânia e Polónia.

<sup>13</sup> TFP- Mar Negro.

**OPERAÇÃO SEA GUARDIAN | Mediterrâneo****Participação Nacional:**

**1 navio patrulha oceânico NRP “Viana do Castelo” com 65 militares participou no âmbito das FOCOPS,<sup>14</sup> com o Comando embarcado | de 5 a 27 de março**

**1 submarino, o NRP “Arpão”, com um efetivo de 33 militares | entre 25 março e 27 maio.**

**1 aeronave P-3 CUP+, efetuou 6 missões com 76 militares | entre 8 outubro e 6 novembro**

**Missão:** Sucessora da *Operação Active Endeavour*,<sup>15</sup> a Operação *Sea Guardian* foi constituída após a Cimeira de Varsóvia, em 2016, para reforço da segurança marítima e combate ao terrorismo no mediterrâneo. Fornece apoio direto à Operação EUNAVFOR MED IRINI da UE. O objetivo da participação nacional visa contribuir – através do emprego de meios como o submarino, um navio patrulha e aeronaves de vigilância marítima – para a promoção de um ambiente marítimo seguro e protegido na região do Mediterrâneo, através do reforço da consciência situacional marítima, da luta contra o terrorismo e da capacidade de segurança no mar Mediterrâneo. A operação *Sea Guardian* colabora com outras instituições e organizações, fornecendo informação e conhecimento situacional marítimo.

**Análise:** A Operação *Sea Guardian* beneficia da atribuição, na modalidade de apoio associado, tanto durante os trânsitos como durante a participação na missão principal, de meios navais portugueses que venham a ser empenhados na área de operações. O Submarino “Arpão” foi atribuído à OTAN, com a possibilidade de emprego simultâneo na Operação EUNAVFORMED IRINI da UE.

Esta Operação é considerada flexível e com capacidade de executar toda a gama de tarefas de segurança marítima que possam vir a ser atribuídas às diferentes unidades atribuídas às forças navais permanentes da OTAN. O CMG Neves Rodrigues assumiu as funções de CTG<sup>16</sup> da força, durante a integração nas FOCOPS, destacando-se, durante este empenhamento, para além da longa patrulha marítima, a visita ao Porto de Tanger e um PASSEX<sup>17</sup> com uma unidade naval marroquina, potenciando, desta forma, a parceria existente deste país com a OTAN. Neste período, quer na Operação *Sea Guardian*, quer em apoio direto à Operação IRINI, a aeronave P-3, em 53 saídas realizadas, detetou mais de 2600 migrantes, realizou 679 contactos de interesse reportados às autoridades e realizou mais de 62 mil contactos.

**Conclusões/Recomendações:** Uma presença no Mar Mediterrâneo no quadro da segurança cooperativa, através da colaboração para e com os países do Magrebe, assumiu-se como uma das orientações políticas para 2022 e futuras FND. Em 2023 será dada continuidade à participação nacional nesta operação.

<sup>14</sup> Navio Patrulha Oceânico com um efetivo de 65 militares com participação nas Focused Operations.

<sup>15</sup> Uma das primeiras ações efetuadas pela OTAN em resposta à invocação do Art 5º.

<sup>16</sup> *Commander Task Group*.

<sup>17</sup> *Passage Exercise*.

## STANDING NATO MARITIME GROUP 1 | Mar do Norte

### Participação Nacional:

1 militar oficial de comunicações no Comando da Força embarcado em Navio Almirante | 12 meses  
1 fragata NRP “Corte Real” com 177 militares | entre 25 maio e 16 setembro

(Nota: foi antecipada a participação nacional que estava prevista para o 2º semestre, como resposta ao pedido de forças pelo SACEUR,<sup>18</sup> na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia).

**Missão:** Força naval permanente da OTAN – *Standing Naval Forces* (SNF) que nos últimos anos tem vindo a ser empenhada no âmbito das *Assurance Measures*. As suas missões destinam-se a garantir presença e dissuasão, bem como a incrementar a interoperabilidade entre os meios militares Aliados, contribuindo, assim, para a segurança do espaço euro-atlântico.

**Análise:** Estas Forças Navais constituem-se como a “ponta da lança” da Força Tarefa de mais elevada prontidão da Aliança (*Very High Readiness Joint Task Force* – VJTF), criada em 2014, na Cimeira de Gales. São compostas por dois Grupos Navais Permanentes SNMG1 e 2 e constituídas, normalmente, por fragatas e contratorpedeiros, apoiados por um reabastecedor de esquadra, e por dois Grupos Permanentes de Contramedidas de Minas<sup>19</sup> - SNMCMG1 e 2, formados por navios de guerra de minas.

**Conclusões/Recomendações:** A participação de Portugal nas SNF foi iniciada em 1969, altura em que integrou a Força Naval Permanente para o Atlântico,<sup>20</sup> que deu origem, em 2005, ao SNMG1. Desde então, assumiu o seu comando em cinco ocasiões. Portugal integra um restrito número de aliados com capacidade para liderar estas forças navais, facto demonstrativo das competências navais nacionais, nomeadamente em termos operacionais.

## NATO Mission Iraq

### Participação Nacional:

1 militar no Quartel-General (Bagdade) | 12 meses

**Missão:** Treino e Capacitação das forças iraquianas.

**Análise:** Missão foi lançada em julho de 2018, a pedido do governo iraquiano em coordenação com a Coligação Global. Concentra-se em áreas como inativação de engenhos explosivos improvisados, planeamento civil-militar e medicina militar.

**Conclusões/Recomendações:** Esta missão ajuda as forças iraquianas a proteger a região em geral contra o terrorismo e a impedir o ressurgimento do ISIS.

<sup>18</sup> *The Supreme Allied Commander Europe*, Comando Estratégico da OTAN para as Operações - *Allied Command Operations* (ACO).

<sup>19</sup> *Standing NATO Mine Countermeasures Group*.

<sup>20</sup> *Standing Naval Force Atlantic* – STANAVFORLANT.



**STANDING NATO MINE COUNTERMEASURES GROUP 2 (SNMCMG2)****OPERAÇÃO NOBLE SHIELD | Mediterrâneo e Mar Negro.****Participação Nacional:****1 navio patrulha oceânico com um destacamento de Mergulhadores Sapadores embarcado, com um efetivo total de até 75 militares | entre 8 outubro e 21 dezembro**

**Missão:** Os SNMCMG1 e SNMCMG2 são ativos importantes na **NATO Response Force** (NRF). Trata-se de grupos especializados em contramedidas de minas navais. A participação nacional visa pois apoiar a esta força naval permanente disponível da OTAN, participando regularmente com meios e pessoal nas forças navais.

**Análise:** Com a ativação dos **Graduated Response Plans** (GRP) na sequência da invasão da Federação da Rússia à Ucrânia, a **Very High Readiness Joint Task Force — Maritime** (VJTF -M) foi ativada, passando estas forças navais (SNMCMG2) para uma estrutura de Comando e Controlo (C2) diferente, tendo sido empenhada na Operação **Noble Shield**, na Área de Operações (OTAN) do Mar Mediterrâneo.

**Conclusões/Recomendações:** Para 2023, está prevista a participação de Portugal no SNMCMG2 no segundo semestre. A participação nacional concretiza-se através da disponibilização de meios para estas forças permanentes, podendo estas ser, assim, empregues em atividades, operações ou, também, por exemplo, nas **Assurance Measures**, se necessário.



**OPERAÇÃO NOBLE SHIELD | Mediterrâneo e Mar Negro.****Participação Nacional:**

**1 aeronave de patrulhamento marítimo P -3C CUP+ e respetiva tripulação 46 militares, por um período de 30 dias e 80 (oitenta) horas de voo | entre 7 novembro e 6 dezembro**

**Missão:** participação nacional com meio aéreo na Operação **Noble Shield**, contribuindo, assim, para a manutenção da liberdade de navegação e transporte marítimo, patrulha marítima e minimização da ameaça convencional e não convencional na fronteira Leste da Aliança Atlântica.

**Análise:** Na sequência da ativação dos **Graduated Response Plans**, sob o comando do **Supreme Allied Commander Europe** (SACEUR), como resultado da invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa, está em curso, desde fevereiro de 2022, a Operação **Noble Shield**, focada na Europa meridional e centro-oriental. A OTAN, através do **Headquarters Allied Air Command** (AIRCOM), solicitou junto dos Aliados ofertas adicionais como **Voluntary National Contributions**, de forma a garantir as atividades aéreas de tranquilização, dissuasão e defesa na fronteira Leste da Aliança até janeiro de 2023, com o objetivo de preservar o controlo do SACEUR na sua área de responsabilidade.

**Conclusões/Recomendações:** A República Portuguesa, como membro fundador da OTAN, reafirma o seu forte compromisso com esta organização e reitera o seu empenho nos esforços internacionais, através da participação nacional das forças aeronavais na Operação **Noble Shield**. Esta participação nacional, que constituiu uma nova missão no Mediterrâneo, foi objeto de parecer favorável do CSDN em outubro de 2022.

# Operações e missões no âmbito da UE

## EUTM Mozambique<sup>21</sup> | Moçambique

### Participação Nacional:

48 militares sediados em Maputo, 15 militares no Chimoio e 02 militares em Bruxelas | 12 meses

### Comando da Força da Missão:

Brigadeiro-general Nuno Lemos Pires | janeiro até setembro 2022

Comodoro Rogério Martins de Brito | desde setembro 2022

**Missão:** A Decisão (PESC<sup>22</sup>) 2021/1143, de 12 julho, aprova a missão para apoio das Forças moçambicanas, na resposta à situação de Cabo Delgado, nomeadamente na restauração da situação de segurança e na proteção da população civil. Esta é uma missão não-executiva e tem uma duração de 2 anos. Visa apoiar a criação de capacidades das Forças Armadas de Moçambique que constituirão uma força de reação rápida.

**Quantitativos:** Foram criados 161 cargos,<sup>23</sup> sendo que se vai registar a participação de 12 Estados-Membros, constando atualmente do mapa de efetivos 115 militares<sup>24</sup> e 12 civis da empresa IQARUS (apoio médico).

**Situação no Terreno:** No atual contexto, projeta-se uma situação securitária com um elevado grau de ameaça terrorista em Cabo Delgado e uma ameaça média para o crime organizado em Maputo, Chimoio e Cabo Delgado.

**Análise:** Esta missão tem sido referida como uma missão pioneira em virtude de apresentar um mandato mais focado e um resultado (**end state**) claramente definido: formar 11 (onze) companhias de forças especiais. A EUTM MOZ é, igualmente, a primeira missão PCSD que beneficiou do MEAP<sup>25</sup> (conceito **train & equip**) através das medidas de assistência (MA) urgentes e de carácter geral. Destinam-se a complementar a formação das FADM, através do fornecimento de equipamento não-lethal. Têm um valor total de 89 M€ (85M€ **Assistance Measures**; e 4M€ **Urgent Measures**) por um período de 36 meses. A execução da MA geral (dividida em duas tranches) foi confiada a Portugal (85M€), com a nomeação do MDN como Ator de Implementação.

**Conclusões/Recomendações:** Deverão ser amplamente assumidas as responsabilidades inerentes ao comando da EUTM MOZ, apostando numa solução que mitigue e neutralize o impacto do terrorismo transnacional na região, estendendo e multiplicando a matriz portuguesa de capacitação que decorre do Projeto 6 do Programa-Quadro 2021-2026, e abrindo canais de diálogo e cooperação com os países da região. Em 2023, Portugal irá manter a sua participação nesta missão, incluindo o Comando da Força.

<sup>21</sup> European Union Training Mission.

<sup>22</sup> Política Externa Segurança Comum.

<sup>23</sup> Crisis Establishment List da missão.

<sup>24</sup> Portugal (65); Áustria (1); Bélgica (3); Espanha (2); Estónia (1); Finlândia (4); França (23); Grécia (8); Itália; Lituânia (2), Suécia; e Roménia (6).

<sup>25</sup> Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa.

**EUTM Mali | Mali****Participação Nacional: 15 militares a desempenharem funções no Quartel-General em Bamako e no campo de treino de Koulikoro | 12 meses**

**Missão:** Apoiar as FAMA, reabilitando a sua capacidade militar e capacitando aquelas forças para conduzirem operações militares para recuperação da integridade territorial e redução da ameaça terrorista na região. Teve início em 2013, tendo o Conselho Europeu prorrogado sucessivamente o mandato, que neste momento está em vigor até 18 de maio de 2024.

**Quantitativos:** 1.100 efetivos (1ª fase do 5º Mandato), com a contribuição de 22 Estados Membros.<sup>26</sup>

**Situação no Terreno:** O ambiente político no Mali, com reflexos negativos diretos no panorama securitário regional, encontra-se condicionado por dois fatores: i) discussões entre a Junta de Transição e a CEDEAO, relativamente ao calendário eleitoral e efeitos diretos nas sanções impostas e, ii) o contínuo reforço da cooperação entre as autoridades de transição e a Rússia, em detrimento da UE.

**Análise:** Assistimos a uma crescente ameaça terrorista na região, com particular preocupação pela situação no Mali. O fraco empenho das autoridades de Bamako no processo de transição e a crescente influência russa têm agravado o risco de *spillover* para outros países vizinhos do Sahel, envolvendo Estados que, apesar das suas fragilidades internas, num passado recente estavam livres do fenómeno terrorista.<sup>27</sup> As autoridades malianas mantêm a expectativa e vontade de que a UE implemente um conceito de “*train & equip*, providenciando, igualmente, as munições para o treino”. Contudo, atender a este pedido, no quadro atual, não se afigura exequível por parte da UE. O restabelecimento da confiança mútua está dependente do afastamento, pelas autoridades malianas, da ingerência de atores não-estatais nos assuntos de Defesa e nas unidades malianas, treinadas e desejavelmente equipadas pela UE. O retomar das ações de treino operacional da EUTM Mali está, igualmente, dependente desta mudança de paradigma no quadro relacional do Mali com o Grupo Wagner. A missão continua a fornecer aconselhamento estratégico ao Ministério da Defesa e ao G5 Sahel em domínios estruturais específicos, realiza atividades nas academias das Forças Armadas do Mali, e coordena outras atividades com o Burkina Faso e o Níger, apoiando ainda o G5 Sahel.

**Conclusões/Recomendações:** Partindo do pressuposto de que as autoridades malianas mantêm a sua vontade em prosseguir com a cooperação com a UE, existe a possibilidade da manutenção da EUTM a partir do Mali, mediante contínua avaliação do contexto securitário. Portugal mantém o apoio aos esforços de segurança dos Estados do Sahel e de África Ocidental. Defende, por isso, que a saída do Mali afetaria a luta contra o terrorismo no país e na região, e indicaria uma falta de resiliência, com riscos para a segurança e implicações para a credibilidade e autonomia estratégica da UE, beneficiando assim competidores estratégicos como a Rússia. Portugal e os Estados Membros, de forma geral, mantêm o compromisso com a região, conscientes de que o custo de retirada é superior ao de permanência, por forma a evitar vazios de poder. Atendendo a que a região se encontra na zona designada de flanco Sul da Europa e atentos os desafios securitários que podem ter impacto na segurança do país e do espaço euro-atlântico, reconhece-se que este esforço deverá ser partilhado por vários países, não se esgotando apenas na responsabilidade de países do Sul da Europa. Em 2023 Portugal irá manter a sua participação nesta missão.

<sup>26</sup> AT, BE, BG, CZ, DE, EE, EL, ES, FI, FR, HU, IE, IT, LT, LU, LV, NL, PT, RO, SE, SI, SK.

<sup>27</sup> Togo, Costa do Marfim, Benim.

**EUTM RCA | Bangui****Participação Nacional:**

**15 militares + 6 militares do Brasil | entre 1 janeiro e 10 outubro.**

**Após parecer favorável do CSDN, o efetivo foi reforçado em 14 militares com participação adicional de Comandante da Força.**

**23 militares + 6 militares do Brasil, incluindo o Comando da Força da Missão |**

**Comando da Força da Missão: Brigadeiro-general Lino Gonçalves | entre 10 outubro e 31 dezembro**

**Missão:** Treino e assessoria militar na RCA, de forma a contribuir para a reforma do sector de Defesa. Pela Decisão (PESC) 2022/1334 do Conselho, de 28 de julho de 2022, o Conselho decidiu prorrogar o mandato da EUTM RCA até 20 de setembro de 2023, alterando, para o efeito, a Decisão (PESC) 2016/610, do Conselho, de 19 de abril de 2016. Desta decisão resultou a alteração do mandato da missão, de modo a incluir a formação às Forças Armadas Centro-Africanas em domínios não operacionais e apoiar aos esforços de comunicação estratégica para fomentar os valores e ação da União Europeia.

**Situação no Terreno:** Apesar de existirem progressos na estabilização da RCA e de passos positivos do Governo na implementação do Acordo de Paz e do Roteiro de Luanda, incluindo o cessar-fogo unilateral, a dinamização do processo de Diálogo Republicano e a preparação das eleições locais, a RCA mantém necessidades básicas generalizadas, nomeadamente, na vertente da formação das Forças Armadas e de Segurança centro-africanas. Existe uma forte presença russa, com poder de influência sobre as autoridades. Entretanto, em 2022 foi suspenso o pilar de treino da missão. Afigura-se importante a reativação deste pilar, porquanto é tido como essencial para a formação dos oficiais das Forças Armadas da RCA.

**Análise:** Aguarda-se a decisão política de renovar o mandato por mais um ano, tendo vindo a sentir-se um progressivo descomprometimento por parte dos Estados Membros na atribuição de forças para a EUTM RCA. Um exemplo foi a dificuldade em assegurar a rendição do anterior Comando da Força da Missão que cessou funções em julho 2022. Portugal tem um bom conhecimento situacional daquele teatro de operações, responsabilidade e compromisso, que advêm da sua participação de longa data na RCA. Já comandou duas vezes esta missão, o que lhe granjeia o devido reconhecimento por parte da UE e, mais importante, confiança e prestígio junto das autoridades locais. Esta ligação supramencionada é reforçada pela participação nacional conjugada na EUTM, MINUSCA e Célula de Informações RCA, para além da própria cooperação bilateral (Acordo bilateral de Defesa firmado com Bangui em 2019). Dentro desta lógica, Portugal disponibilizou-se para assumir o Comando da Força, também este ajuste sujeito a deliberação, tendo o CSDN emitido parecer favorável na sessão ordinária de 3 de outubro de 2022 sobre o reforço da participação de Portugal na referida missão.

**Conclusões/Recomendações:** A experiência no terreno permite a Portugal desenvolver pensamento crítico e aplicar as lições aprendidas (úteis para balizamento de futuras projeções no país e na região). Com uma hipotética retirada da EUTM RCA, estaria em causa a credibilidade da UE – junto dos parceiros e da própria RCA – e o vazio seria aproveitado por outros adversários. O nosso país deverá continuar a assumir-se em África como um ator incontornável e facilitador do diálogo – quer para a UE, quer para os EM – naquela região e no continente no seu todo. A revisão estratégica da missão em 2023 será decisiva para determinar o respetivo enquadramento futuro, podendo esse incluir a redução da missão orientada para um conceito mais à medida dos objetivos a definir.

**EUTM Somália | Mogadíscio****Participação Nacional:****2 militares nas funções de formadores | 12 meses**

**Missão:** Apoiar o Governo de Transição nas funções de segurança das populações. O Conselho Europeu prorrogou os mandatos das suas missões e operações da PCSD no Corno de África e na Somália, salientando-se, em especial, a missão da EUTM Somália, que assim se estende até 31 de dezembro de 2024. Esta decisão foi tomada na sequência da revisão estratégica holística da missão.

**Análise:** A EUTM faz parte da Estratégia de abordagem da UE para a Somália, que inclui 2 missões complementares no âmbito da PCSD, a OP ATALANTA e a EUCAP Somália.<sup>28</sup> Nesta lógica, a ação da PCSD da UE foi alargada para apoiar o reforço das forças e instituições de Segurança da Somália, tendo em vista a assunção gradual das responsabilidades de segurança da Missão de Transição da União Africana na Somália (ATMIS), em conformidade com a revisão do *Somali Transition Plan*. Com os mandatos renovados, a EUTM Somália apoiará o desenvolvimento das capacidades e competências da Somália através de aconselhamento estratégico, orientação e formação, acompanhados pelo apoio de equipamento financiado pela UE através do Mecanismo Europeu de apoio à Paz.

**Conclusões/Recomendações:** Esta missão faz parte dos esforços diplomáticos, apoio ao desenvolvimento, e ajuda humanitária para a região e visa, assim, contribuir para o estabelecimento de melhores condições de segurança. Portugal irá manter a sua participação na missão em 2023.

**OPERAÇÃO ATALANTA | Somália/Índico****Participação Nacional:****4 militares no Estado-Maior, distribuídos pelo OHQ em Rota, Espanha (2) e no Centro de Segurança Marítima – Corno de África (MSCHOA) em Brest (2) | 12 meses;****Comando da Força da Missão: Comodoro Silva Pereira e 5 militares no Estado-Maior embarcados no navio espanhol “Victoria” | entre 2 dezembro 2021 e 17 março de 2022; Comodoro Marcelo Correia e 5 militares embarcados na fragata italiana “Virginio Fasan” | entre 4 agosto e 2 dezembro; e Comodoro Nuno Cortes Lopes e 5 militares embarcados na fragata espanhola “Santa Maria” | entre 2 dezembro e 17 fevereiro 2023;****3 militares do Destacamento de Ações Especiais (DAE) numa *Special Operations Maritime Task Unit* espanhola | entre 24 março e 24 junho.**

**Missão:** O Conselho Europeu prorrogou os mandatos das suas missões e operações da PCSD no Corno de África e na Somália, salientando-se em especial, a operação da Força Naval da UE – Operação ATALANTA, uma das operações marítimas militares executivas da UE, que assim se estende até 31 de dezembro de 2024. Esta decisão foi tomada na sequência da revisão estratégica holística da missão.

**Situação/Análise:** Na ausência de apoio da Somália, o Conselho de Segurança da ONU não renovou as autorizações inicialmente concedidas pela resolução UNSCR 1846 (2008) no "aplicável às águas territoriais, com todos os meios necessários para reprimir atos de pirataria no mar". Assim, a partir de 3 de março de 2022, não existe enquadramento legal para atuação da ATALANTA no mar territorial da Somália sem o consentimento das autoridades oficiais. Não obstante, a Operação ATALANTA mantém a sua atividade na zona mais abrangente da área de operações, extra mar territorial, e prossegue as suas atividades de dissuasão, prevenção e repressão da pirataria e dos assaltos à mão armada no mar e alarga o seu âmbito geográfico até ao norte do mar Vermelho. Cumulativamente, e tirando partido dos êxitos no combate à pirataria ao largo da costa do Corno de África e da Somália, o mandato global da operação ATALANTA foi consolidado. Com este mandato, a operação ATALANTA está agora em melhores

<sup>28</sup> Visa o desenvolvimento das capacidades de segurança marítima no Corno de África e Oceano Índico Ocidental.

condições para contribuir para a aplicação do embargo de armas imposto pelas Nações Unidas à Somália, reduzir o tráfico de droga, apoiar a luta em curso contra o *al-Shabaab* e as suas fontes de financiamento, bem como os progressos do Governo da Somália. Este âmbito mais alargado assegurará a liberdade de navegação e a proteção dos navios do Programa Alimentar Mundial e de outros navios vulneráveis para a Somália, permitindo à UE, no espírito de uma abordagem integrada, apoiar melhor a construção de uma arquitetura regional de segurança marítima mais vasta.

**Conclusões/Recomendações:** A Operação ATALANTA foi criada devido ao aumento drástico da Pirataria na costa da Somália. Tendo início em dezembro de 2008, tem tido como sua principal missão a proteção do transporte marítimo internacional na costa da Somália e a luta contra a Pirataria marítima. Sendo a ATALANTA parte integrante da abordagem da UE ao Corno de África e à Somália, a Operação apoia as suas missões “irmãs” EUCAP e EUTM e mantém ligações estreitas com as representações da UE em toda a área, contribuindo para a implementação, por parte da UE, de programas como o MASE ou o Projeto Mar Vermelho, destinados a melhorar a arquitetura regional de segurança marítima. Em 2023, Portugal irá manter a sua participação nesta operação, assumindo o Comando da Força da missão.

### OPERAÇÃO IRINI | Mediterrâneo

#### Participação Nacional:

**4 militares colocados no Estado-Maior da Operação (2) e no Estado-Maior embarcado da força (2) | 12 meses;**

**1 submarino NRP “Arpão” com um efetivo de 33 militares | entre 5 março e 20 maio.**

**1 aeronave de vigilância marítima P-3 CUP+ com efetivo de 36 militares com 95 horas de voo | entre 08 setembro e 07 outubro**

**Missão:** Sucessora da Operação Sophia,<sup>29</sup> a operação naval IRINI foi lançada a partir de 31 março de 2020, com o intuito de combater a rede de tráfico humano e de migração clandestina. Tem ainda por mandato inspecionar os navios suspeitos de transportar armas para a Líbia, violando o embargo ao armamento imposto ao país. Como referido anteriormente, o submarino “Arpão” foi atribuído à OTAN, com a possibilidade de emprego simultâneo na Operação IRINI.

No decurso desta missão, a mesma detetou mais de 6.000 navios e efetuou a recolha de informação a cerca de 2.000 navios de interesse, efetuando mais de 1.000 horas de imersão, tendo sido patrulhadas mais de 5.000 milhas, o que equivale a aproximadamente 9.000 quilómetros. A capacidade de recolha de informações de forma discreta do submarino e da aeronave permitiu detetar e enviar informações relativas a atos ilícitos para os respetivos comandos das operações, o que contribuiu para estabelecer e melhorar o conhecimento situacional marítimo do Mar Mediterrâneo, nos comandos da Aliança Atlântica e da União Europeia.

**Análise:** O mandato da Operação IRINI estava previsto terminar em março de 2023, mas será prolongada por decisão dos EM (Decisão PSC) por mais dois anos, até 31 de março de 2025, aguardando-se decisão formal do Conselho. Importa referir que o contexto político e securitário se tem deteriorado, com todas as partes a violarem sucessivamente o embargo às armas. Não obstante, esta operação militar PCSD é o único ator que assegura a implementação do embargo da ONU às armas em alto mar à Líbia. Destaca-se ainda o seu papel de imparcialidade e pela cooperação com a FRONTEX e autoridades locais, sobre tráfico de seres humanos. Não obstante, tem sido frequentemente referida a incapacidade de se desenvolver o pilar de treino e capacitação da Guarda Costeira Líbia, por falta de interesse da outra parte e da atual situação política. Como desafios adicionais, elenca-se ainda a posição de bloqueio da Turquia de acesso aos navios de bandeira turca para inspeções e a falta de meios (operacionais e de informações) da missão. Neste período, quer na Operação *Sea Guardian*, quer em apoio direto à

<sup>29</sup> European Union Naval Force-Mediterranean EUNAVFOR MED.

Operação IRINI, a aeronave P-3, em 53 saídas realizadas, detetou mais de 2.600 migrantes, realizou 679 contactos de interesse reportados às autoridades e realizou mais de 62 mil contactos.

**Conclusões/Recomendações:** Esta operação, que garante a presença no Mar Mediterrâneo, onde se registam importantes fluxos de emigração em direção ao continente europeu, assume grande relevância no quadro da segurança cooperativa. A colaboração com os países do Magrebe e a promoção da segurança marítima são orientações políticas para a execução do planeamento militar para 2022 e para as futuras FND. Portugal irá manter a sua participação na Operação IRINI em 2023.





# Operações e missões no âmbito bilateral/multilateral

## INICIATIVA MAR ABERTO 22.1 | Golfo da Guiné

### Participação Nacional:

1 navio hidrográfico ASG NRP “D. Carlos I” com um efetivo 51 militares | 18 outubro 2021 – 15 janeiro 2022

1 navio patrulha oceânico NRP “Viana do Castelo” com um efetivo 57 militares | 11 abril – 9 junho

**Missão:** Apoio à segurança marítima no Golfo da Guiné e nos países CPLP que lhe são contíguos.

**Análise:** Esta Iniciativa dinamiza e fomenta as atividades no âmbito da CDD, potencia a presença nas áreas do Golfo da Guiné de maior incidência de atividades de pirataria e criminalidade marítima e reforça a participação nas Presenças Marítimas Coordenadas (PMC) da UE. O NRP “Viana do Castelo”, durante o período de empenhamento, promoveu ainda o envolvimento dos países signatários do *Atlantic Centre* – Centro do Atlântico.

**Conclusões/Recomendações:** Esta missão enquadra-se numa perspetiva de presença nacional num quadro de cooperação bilateral e multilateral para a segurança marítima no Golfo da Guiné.

## MISSÃO DE FISCALIZAÇÃO CONJUNTA E DE CAPACITAÇÃO OPERACIONAL MARÍTIMA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE | São Tomé e Príncipe

Participação Nacional: Empenhamento do NRP “Zaire” em missão de longa duração, com uma guarnição de 36 militares | 12 meses

**Missão:** Fiscalização conjunta com elementos da Guarda Costeira e a Direção de Pescas de São Tomé e Príncipe (STP).

**Análise:** Esta missão de cooperação complementa o Acordo de Cooperação no domínio da fiscalização conjunta de espaços marítimos sob soberania ou jurisdição de STP, assinado em São Tomé, em 16 de fevereiro de 2011.

**Conclusões/Recomendações:** Esta missão teve início em janeiro de 2018 e tem vindo a decorrer com resultados muito positivos, constituindo-se como um vetor decisivo para a capacitação da Guarda Costeira de STP, em particular, e das suas Forças Armadas, de uma forma geral. Assume uma grande visibilidade na região, com um bom posicionamento estratégico para o conhecimento situacional marítimo da região. O reconhecido sucesso da missão tem contribuído decisivamente para afirmar Portugal enquanto promotor de Segurança Marítima na região do Golfo da Guiné, em consonância com a linha orientadora da Política Externa portuguesa, segundo a qual Portugal deve ter um papel visível e ativo na resposta da comunidade internacional às ameaças na região, bem como no estabelecimento de relações de confiança com as autoridades dos países da região.

**OPERAÇÃO GALLANT PHOENIX | Jordânia****Participação Nacional: 2 analistas militares | 12 meses**

**Missão:** Multinacional de partilha de informação e *intelligence*. Esta é uma missão do Centro de Informações e de Segurança Militar (CISMIL).

**Análise:** Centro de fusão de inteligência estabelecido em 2013 perto de Amã, na Jordânia. Compreende vários países e inclui uma variedade de agências, militares e civis. Visa aumentar a capacidade dos países membros na resposta às ameaças extremistas violentas atuais, em evolução e futuras – independentemente da ideologia da ameaça.

**Conclusões/Recomendações:** A informação coligida neste Centro assume importância em ações preventivas para evitar a concretização de ameaças dirigidas, quer contra o nosso território (a partir de Estados terceiros), quer no nosso território, contra os nossos cidadãos.

**CÉLULA DE INFORMAÇÕES NACIONAL | RCA****Participação Nacional: 6 elementos, 5 militares e 1 civil | 12 meses**

**Missão:** Apoio ao contingente nacional que se encontra em missões no território. Esta é uma missão do Centro de Informações e de Segurança Militar (CISMIL).

**Análise:** Esta missão teve início em setembro de 2020, no âmbito dos esforços de Portugal na RCA, onde se encontra empenhado nas missões da ONU e da EUE, em prol da paz e segurança na região.

**Conclusões/Recomendações:** As referidas nas missões MINUSCA e EUTM RCA.

**TASK FORCE TAKUBA | Mali****Participação Nacional: 02 militares de operações especiais no Quartel-General, que, entretanto, se deslocaram para o Chade | 01 janeiro até 25 de agosto (fim da missão)**

**Missão:** Dispositivo multinacional com liderança francesa para contribuir para a estabilização da região do Sahel, em apoio direto às FAMA.

**Situação no Terreno:** A presença confirmada do Grupo Wagner e de militares russos no Mali, em atividades operacionais e ações de assessoria ao governo em funções, impôs dificuldades legais acrescidas aos parceiros internacionais, nomeadamente na TF TAKUBA, que levaram à expulsão do contingente dinamarquês e do Embaixador de França no país. Portugal preparava-se para projetar uma unidade de forças de operações especiais que, beneficiando do SOFA bilateral francês, teve de cancelar.

**Análise:** FR submeteu aos parceiros da Coligação uma nova estratégia para o Sahel e para a África Ocidental, com a intenção de prosseguir, de uma forma mais abrangente, com o envolvimento na região e no Golfo da Guiné, atentos os sinais evidentes de deslocalização e/ou contágio da ameaça terrorista. Assumindo o objetivo da luta antiterrorista com ênfase no Níger e Burkina Faso, FR tem vindo a reorganizar o dispositivo das suas forças na região. Assistimos a uma crescente ameaça na região, com particular preocupação pela situação no Mali. O fraco empenho das autoridades de Bamako no processo de transição e a crescente influência russa têm agravado o risco de *spillover* para outros países vizinhos do Sahel, envolvendo Estados que, apesar das suas fragilidades internas, num passado recente estavam livres do fenómeno terrorista (ex. Togo, Costa do Marfim, Benim).

**Conclusões/Recomendações:** Todos os pressupostos pareciam indicar avanços por parte dos parceiros internacionais na luta antiterrorista, para os países costeiros e o Golfo da Guiné. Os pressupostos da Missão e os diferentes cenários sobre a presença nacional e dos parceiros europeus na região foram sendo objeto de avaliação, com especial incidência no primeiro semestre de 2022, culminando no fim da própria **Task Force Takuba**. Neste sentido, foi cancelada a continuidade da participação nacional na missão no Mali/Chade devido a dificuldades na obtenção de acordo por parte das Autoridades do Mali para a presença de Forças Armadas estrangeiras no seu território.

#### **OPERAÇÃO CORYMBE | Golfo da Guiné**

**Participação Nacional: 1 pelotão de Fuzileiros com efetivo até 24 militares embarcado em navio aliado em missão na região | entre 6 outubro e 5 de dezembro**

**Missão:** A Operação **Corymbe** é uma operação da Marinha Francesa no Golfo da Guiné que visa a segurança marítima nesta região através da cooperação entre França e países africanos.

**Análise/Conclusão:** Portugal partilha os seus esforços internacionais na contribuição para a segurança marítima na região do Golfo da Guiné e no reforço do conhecimento mútuo e interoperabilidade nos domínios das operações, treino e formação de fuzileiros. Portugal tem vindo a participar na Operação **Corymbe** desde 2016 e, em 2022, renovou o seu compromisso. O Pelotão nacional esteve embarcado no navio francês PHA TONNERRE.



**INICIATIVA MAR ABERTO 22.2 | Golfo da Guiné**

**Participação Nacional: 1 navio hidrográfico ASG NRP “D. Carlos I” com um efetivo 55 militares, que incluiu uma equipa de segurança, uma equipa de mergulhadores, uma equipa hidrográfica e um médico naval | 17 novembro a 29 dezembro**

**Missão:** Realização da Iniciativa Mar Aberto 22.2 e de atividades de segurança marítima e outras, de âmbito bilateral e multilateral, incluindo a participação nas Presenças Marítimas Coordenadas (PMC) da UE, no Golfo da Guiné.

**Análise:** Esta Iniciativa 22.2 concretiza o assumir de compromissos internacionais de Portugal no âmbito da produção de cartografia náutica em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, garantindo também o esforço de sondagem hidrográfica nestes países. Contribui para o reforço do conhecimento hidro-oceanográfico e permite dinamizar e fomentar atividades no âmbito da CDD, coordenando essas ações entre a DGPDN e a Marinha. Cumulativamente, potencia a presença nas áreas do Golfo da Guiné de maior incidência de atividades de pirataria e criminalidade marítima e reforça a participação nas PMC da UE, assegurando, através da Marinha, a ligação à **Maritime Area of Interest Coordination Cell**, órgão criado no Estado-Maior Militar da UE. A Iniciativa foi também uma oportunidade para promover o **Atlantic Centre** – Centro do Atlântico junto dos países visitados.

**Conclusões/Recomendações:** Esta missão enquadra-se numa perspetiva de presença nacional num quadro de cooperação bilateral e multilateral para a segurança marítima no Golfo da Guiné e contribui, de forma significativa, no plano bilateral e multilateral, para a prossecução de objetivos da Política Externa nacional portuguesa e o cumprimento de compromissos internacionais assumidos por Portugal. Deverá manter-se e expandir a duração e os itinerários da Iniciativa Mar Aberto em 2023, dado o seu potencial multiplicador no plano bilateral da CDD, idealmente em modo de *double-hatting* com as PMC, como aconteceu em 2022.

**MISSÃO DE TREINO PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU | República da Guiné-Bissau (RGB)**

**Participação Nacional: 30 militares, divididos por 1 equipa da Marinha, 1 equipa do Exército e 1 equipa da Força Aérea | entre 1 setembro e 8 dezembro**

**Missão:** Contribuir para o reforço, materialização e ampliação das Assessorias Temporárias do Programa-Quadro Cooperação no Domínio da Defesa (CDD), desenvolvendo ações de apoio às atividades de formação, ensino, treino e desenvolvimento que contribuam para a edificação de capacidade operacional da Defesa Nacional e das Forças Armadas da Guiné-Bissau, contribuindo ainda para o treino e capacitação no âmbito da vigilância e da segurança marítima das zonas costeiras.

**Análise:** Esta missão enquadra-se nos objetivos gerais traçados no Programa-Quadro de CDD com a Guiné-Bissau para 2021-2025, de 14 de dezembro de 2021, em que se reconhece a necessidade de potenciar os mecanismos para a afirmação das FND na RGB como incremento da cooperação bilateral entre os dois países no domínio da Defesa.

**Conclusões/Recomendações:** À semelhança de outras missões num quadro de cooperação bilateral, esta enquadra-se numa perspetiva da presença nacional de capacitação e treino, envolvendo efetivo dos três Ramos e constituiu uma oportunidade para aperfeiçoamento conceptual e desenvolvimento destas missões de capacitação/treino enquadradas nos Programas-Quadro.

# Missões Internacionais em 2022

## Agência Europeia FRONTEX

A FRONTEX, Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da UE, foi criada em 2004 para ajudar os EM e os países associados de Schengen a proteger as fronteiras externas do espaço de livre circulação da UE. Em 2016, a Agência alargou as suas funções de controlo da migração à gestão das fronteiras, assumindo uma responsabilidade crescente no combate à criminalidade transfronteiriça.

A FRONTEX é atualmente reconhecida como uma das pedras angulares do espaço de liberdade, segurança e justiça da UE. As operações de busca e salvamento também se tornaram oficialmente parte do seu mandato, sempre que tais situações ocorrem no contexto da vigilância das fronteiras marítimas.

Anualmente, Portugal participa na FRONTEX com vários contingentes das Forças e Serviços de Segurança, militares e pessoal militarizado, incluindo meios terrestres, aéreos e navais que são empenhados no âmbito das suas missões, designadamente no controlo das fronteiras externas, deteção, identificação, dissuasão e repressão de atividade ilegal de embarcações envolvidas em atividades associadas a fluxos migratórios irregulares, e na prestação de auxílio e socorro quando necessário.

Relativamente à área governativa da Defesa Nacional, a participação nacional na FRONTEX pode concretizar-se através da Força Aérea, da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional (AMN), que integra na sua estrutura operacional a Polícia Marítima (PM).<sup>30</sup> A PM constitui uma força policial composta por militares e agentes militarizados da Marinha com competências de órgão de polícia criminal.

<sup>30</sup>A PM, como polícia de especialidade no âmbito da AMN, e no quadro de matérias do Sistema da Autoridade Marítima (SAM), é um órgão de polícia e de polícia criminal que garante, e fiscaliza, o cumprimento das leis e regulamentos nos espaços integrantes do Domínio Público Marítimo (DPM), em áreas portuárias e nos espaços balneares, bem como em todas as águas interiores sob jurisdição da AMN e demais espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional, devendo preservar a regularidade das atividades marítimas. Ver os Decretos-Leis n.º 43/2002, n.º 44/2002 e n.º 45/2002, todos de 2 de março, e o Decreto-Lei n.º 248/95, de 21 de setembro.

## Participação nacional da área da Defesa na FRONTEX em 2022

| Missão Operação   | Ramo Entidade | Período       | Militares Pessoal Militarizado          | Meios  |
|---|---------------|---------------|---|--|
| <p><b>Operação JO Poseidon</b></p> <p>Op. conjunta civil Humanitária / Ilha de Lesbos, Grécia</p> | AMN/PM        | 01JAN - 31DEZ | 105 elementos<br>masc: >95%<br>fem: <5% | <p>2 embarcações semirrígidas cabinadas e 1 viatura de vigilância.</p> <p>Desde 2014, ano em que iniciou a participação na operação <i>Poseidon</i>, a Polícia Marítima já salvou mais de 7.000 vidas.</p> |
| <p><b>Operação Themis</b></p> <p>Combate ao crime transfronteiriço / Sant'Antioco, Itália</p>     | AMN/PM        | 15JUN - 07SET | 18 elementos<br>masc: >90%<br>fem: <10% | 1 embarcação semirrígida cabinada.   |
| <p><b>Operação Indalo</b></p> <p>Recolha de impressões digitais / Motril e Málaga, Espanha</p>    | Marinha       | 29MAI - 01JUL | 33 militares<br>masc: >80%<br>fem: <20% | Navio patrulha costeiro NRP "Mondego"  |
|   | Força Aérea   | 09AGO - 30NOV | 16 militares<br>masc: >90%<br>fem: <10% | C-295  |
|   | AMN/PM        | 05OUT - 02DEZ | 2 elementos<br>masc: >90%<br>fem: <10%  |  |

Em 2022, a participação de Portugal nas operações da FRONTEX representou o envolvimento de **cento e setenta e quatro (174) militares/pessoal militarizado**.



## ▶ MISSÕES INTERNACIONAIS - AGÊNCIA EUROPEIA FRONTEX

### ▶ **Op. THEMIS**

18 elementos  
AMN/PM

**15 JUN - 07 SET**

1 embarcação semi-rígida  
cabinada

### ▶ **Op. Índalo**

33 militares marinha

**29MAI - 01 JUL**

Navio patrulha costeiro  
NRP "Mondego"

16 militares Força Aérea

**09AGO - 30NOV**

C295

2 elementos AMN/PM

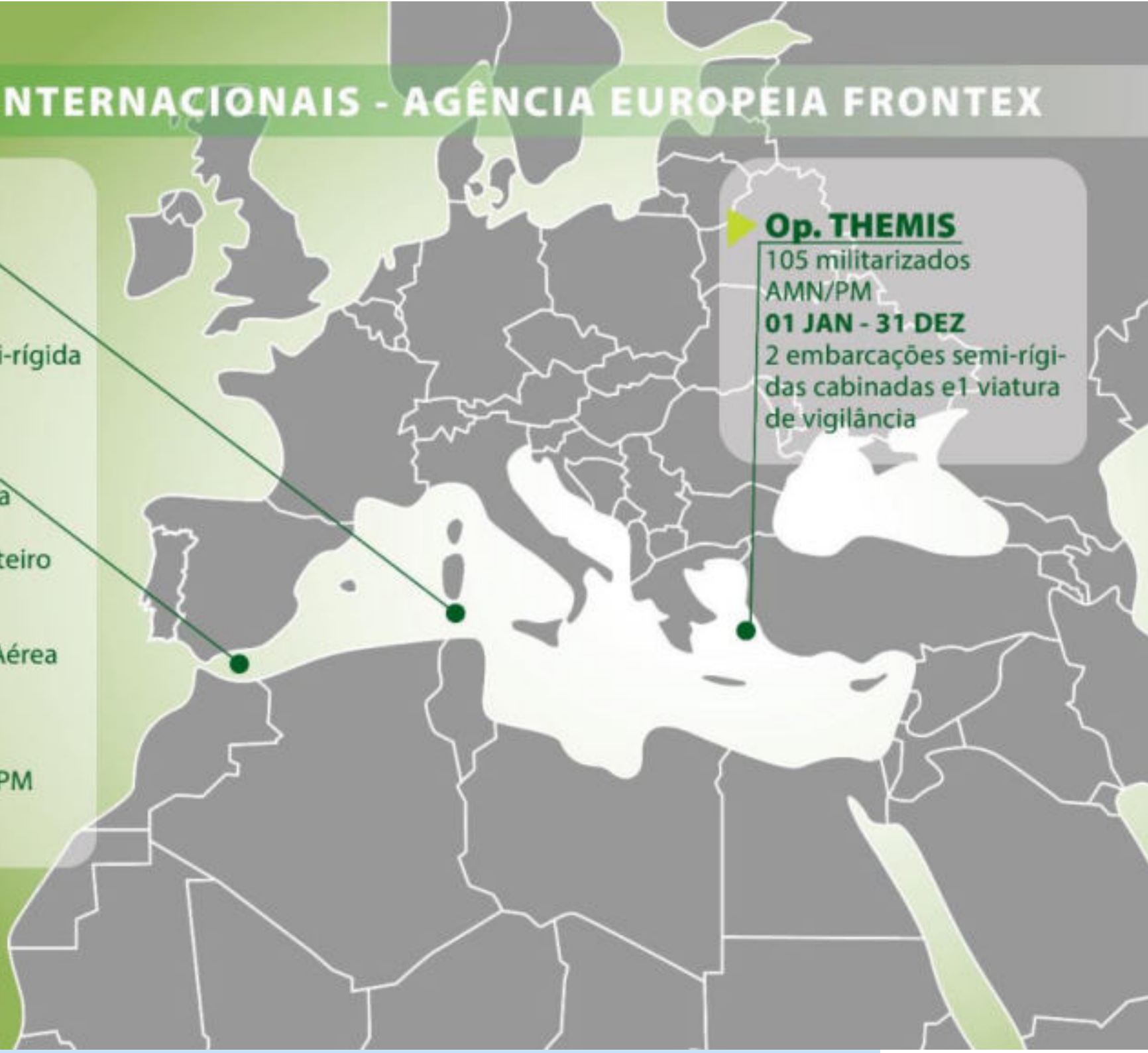
**05OUT-02DEZ**

### ▶ **Op. THEMIS**

105 militarizados  
AMN/PM

**01 JAN - 31 DEZ**

2 embarcações semi-rígi-  
das cabinadas e 1 viatura  
de vigilância







# Cooperação no Domínio da Defesa

A Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste (PALOP e TL), desenvolvida até 2015 pelo MDN, foi gradualmente substituída, a partir de 2016, pelo conceito de Cooperação no Domínio da Defesa (CDD), que pretende abranger toda a atividade de cooperação em que o Ministério se encontra empenhado com aqueles países.

A CDD deve assim ser entendida como uma importante componente da ação externa no domínio da Defesa Nacional, que se encontra devidamente articulada e alinhada com a Política Externa e com a Estratégia de Cooperação portuguesas, tal como definidas pelo MNE, sendo um instrumento relevante que concorre e contribui para a capacitação dos países parceiros como produtores de segurança.

Por essa via, a CDD contribui para a paz e segurança internacionais, para a edificação e reforma do setor da segurança, para o estreitamento das relações com os países parceiros, para a valorização da língua portuguesa e para o reforço da credibilidade e visibilidade de Portugal no quadro das relações internacionais.

A CDD escora-se em Acordos bilaterais – instrumentos jurídicos internacionais que vinculam o Estado Português – que são desenvolvidos através dos princípios estabelecidos em Programas-Quadro (PQ) que integram projetos a executar no terreno e definem os respetivos objetivos, que se encontram alinhados, do ponto de vista estratégico e temporal, com os Programas Estratégicos de Cooperação celebrados entre Estados.

Neste contexto, os novos PQ de CDD assinados com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, abrangem projetos de cooperação de natureza técnico-militar e ações de formação em Portugal, e elevam a nossa ambição acrescentando uma dimensão de inovação, diálogo estratégico, interoperabilidade e projeção conjunta das Forças Armadas Portuguesas e dos PALOP e de TL em missões de paz e humanitárias.

Cumulativamente, este esforço consagra, também, aspetos ligados à segurança marítima, à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável adotados pela Organização das Nações Unidas - Igualdade de Género (ODS 5) e Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16), bem como dos Planos de Ação Nacional para a Resolução nº 1325 do CSNU sobre as Mulheres, Paz e a Segurança, e integram outras vertentes igualmente relevantes no domínio do relacionamento externo de Defesa, em especial ciberdefesa, oceanografia, hidrografia, cartografia e sistemas de informação geográfica, investigação e desenvolvimento e parcerias ao nível das indústrias de Defesa.

A formação de longa duração, em Portugal, de militares das Forças Armadas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste, e a sua consequente capacitação, qualificação e valorização constitui um dos pilares fundamentais da CDD.

Esta formação desenvolve-se em torno de dois programas: Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR) e no Programa de Formação em Portugal (PFORPOR).

Os cursos ministrados no âmbito do PEMPOR decorrem no Instituto Universitário Militar e suas Unidades Autónomas Universitárias,<sup>31</sup> e no Instituto da Defesa Nacional, e têm por objetivo preparar e qualificar quadros intermédios e superiores das Forças Armadas dos países parceiros, capacitando-os para poderem desempenhar funções de direção, chefia, coordenação e orientação.

As ações de formação ministradas ao abrigo do PFORPOR têm por objetivo a formação de quadros na capacidade sobranete das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos dos Ramos das Forças Armadas portuguesas, proporcionando a capacitação e a qualificação de índole técnico-militar a formandos dos PALOP e Timor-Leste em diversas áreas militares específicas.

A presente informação, reportada ao ano de 2022, retrata as atividades de CDD decorrentes dos seis Programas-Quadro em vigor, e respetivos Projetos, celebrados com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, e ainda os dados referentes à atividade da formação em Portugal.

<sup>31</sup> Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea.

No que diz respeito à dimensão da CDD em 2022, a participação Nacional concretizou-se através da presença de assessores militares em todos os PALOP e em Timor-Leste, totalizando, no primeiro semestre um agregado de: 95 assessores militares residentes (masc: <90%; fem:>10%); e oito assessores militares temporários (masc: 100%; fem: 0%); e, no segundo semestre: 108 assessores militares residentes (masc: <90%; fem:>10%); e cinco assessores militares temporários (masc: 100%; fem: 0%).

Assim, em 2022, o envolvimento nacional de assessores militares na CDD traduziu-se: **140 assessores militares permanentes** (masc: <90%; fem:>10%) e **sete (07) assessores militares temporários** (masc: 100%; fem: 0%).

No quadro da formação realizada em território nacional, Portugal acolheu, no primeiro semestre, 61 formandos; e no segundo semestre, 83 formandos. Em 2022, Portugal acolheu em média setenta e dois formandos provenientes dos PALOP e Timor-Leste.



# Programas-Quadro

| Angola Programa-Quadro 2022-2026   | Análise   |
|--|---|
| <p><b>Projetos:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas</li> <li>2- Exército</li> <li>3- Força aérea Nacional</li> <li>4- Marinha de Guerra Angola</li> <li>5- Escola Superior de Guerra</li> </ol> <p><b>Participação Nacional:</b><br/>Em 2022, traduz-se num agregado de 58 militares portugueses, 2 do sexo feminino.</p> | <p>O atual Programa-Quadro (PQ) foi assinado em junho de 2022, no Forte de São Julião da Barra, Oeiras.</p> <p>A par dos cinco projetos de natureza técnico-militar, o PQ considera, também (e apenas para destacar as mais relevantes) a promoção do diálogo político em áreas de interesse comum ligadas à segurança marítima; a possibilidade de se desenvolver ações que permitam a participação conjunta das Forças Armadas de ambos os países em missões de paz; a formação em Portugal e, ainda, o desenvolvimento de relações no domínio da saúde militar.</p> <p>Destaque, também, para as ações de formação que decorrerão em Portugal, no âmbito do mecanismo de facilidade do Diálogo UE-Angola.</p> <p>O efetivo de assessores militares residente em Angola encontra-se distribuído por Luanda, Lobito, Ambriz e Cabo Ledo, e integra militares responsáveis pela gestão administrativo-logística da Residência da CTM (Hotel Império), sita em Luanda.</p> |

| Cabo Verde Programa-Quadro 2021-2026   | Análise   |
|--|---|
| <p><b>Projetos:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Estrutura Superior de Defesa Nacional e das Forças Armadas de Cabo Verde e da Guarda Nacional</li> <li>2- Segurança e Autoridade do Estado no mar e no ar, a Guarda Costeira e os Fuzileiros Navais</li> </ol> <p><b>Participação Nacional:</b><br/>Em 2022, 3 militares portugueses, com estatuto de residente.</p> | <p>O atual Programa-Quadro foi assinado em novembro de 2021, na Cidade da Praia.</p> <p>De entre as várias áreas de cooperação consagradas no PQ, sinaliza-se a promoção de ações que permitam a participação conjunta das Forças Armadas de ambos os países em missões de paz e a formação em Portugal, bem como a promoção do diálogo político em áreas de interesse comum ligadas à segurança marítima como sejam o Projeto SWAIMS (<i>Support to West Africa Integrated Maritime Strategy</i>) de Cooperação Delegada entre a UE e a CEDEAO, as Presenças Marítimas Coordenadas no Golfo da Guiné, no</p> |

|  |  |
|--|--|
|  | <p>âmbito da UE e o <i>Atlantic Centre</i> - Centro do Atlântico.</p> <p>Pela sua relevância estratégica, sinaliza-se o desenvolvimento de ações de fiscalização conjunta das águas sob jurisdição de Cabo Verde.</p> <p>Sinaliza-se, pela relevância política, o apoio à implementação de uma Autoridade Aeronáutica Militar e o apoio à elaboração da Lei de Programação Militar a par do levantamento da Esquadilha Aérea da GC.</p> <p>O efetivo de assessores encontra-se concentrado na Cidade da Praia, estando em curso os preparativos para deslocar o Projeto 2 para o Mindelo, ecolocalizando-o com o Comando da Guarda Costeira.</p> |
|--|--|

| Guiné-Bissau Programa-Quadro 2021-2025  | Análise   |
|---|---|
| <p><b>Projetos:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas da Guiné-Bissau</li> <li>2- Exército da Guiné-Bissau</li> <li>3- Marinha de Guerra da Guiné-Bissau</li> </ol> <p><b>Participação Nacional:</b><br/>Em 2022: um agregado de 5 militares portugueses, com estatuto de residente.</p> | <p>O Programa-Quadro foi assinado em 14 dezembro de 2021, em Bissau, pelos Ministros da Defesa de ambos os países.</p> <p>A par dos três projetos identificados e da Formação em Portugal, das várias áreas de cooperação consagradas no PQ, sobressai a possibilidade de se desenvolver ações que permitam a participação conjunta das Forças Armadas de ambos os países em missões de paz, bem como a possibilidade de o Ministério da Defesa Nacional português, através de missões a desenvolver pelas Forças Armadas, apoiar as áreas respeitantes à formação, vigilância e segurança marítima, saúde militar.</p> <p>Relevam, ainda, a promoção do diálogo político em áreas de interesse comum ligadas à segurança marítima como sejam o Projeto SWAIMS (<i>Support to West Africa Integrated Maritime Strategy</i>) de Cooperação Delegada entre a UE e a CEDEAO, as Presenças Marítimas Coordenadas no Golfo da Guiné, no âmbito da UE e o <i>Atlantic Centre</i> - Centro do Atlântico.</p> <p>Importa sinalizar que, devido a constrangimentos, o cargo do Projeto 1 é provido em acumulação por um dos restantes Projetos.</p> <p>No efetivo residente está integrado 1 militar responsável pela gestão administrativo-logística da Residência da CTM (Santa Luzia), em Bissau.</p> |

| Moçambique Programa-Quadro 2021-2026   | Análise  |
|--|--|
| <p><b>Projetos:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Estrutura Superior de Defesa Nacional e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM)</li> <li>2- Exército de Moçambique</li> <li>3- Marinha de Guerra de Moçambique</li> <li>4- Força Aérea de Moçambique</li> <li>5- Ensino Militar</li> </ol> | <p>O Programa-Quadro, assinado em Lisboa, em 10 de maio de 2021, passou a integrar 6 Projetos, sendo de salientar a desagregação do Projeto 1 das atividades de apoio ao Exército; a criação de um Projeto exclusivo para apoio as FADM no combate ao terrorismo; e a agregação de todas as atividades relativas ao ensino militar num só Projeto.</p> |

- 6- Formação e capacitação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique em operações de contraterrorismo.

**Participação Nacional:**

Em 2022: 47 militares portugueses, dos quais um é elemento feminino.

Com a aprovação do plano de missão para a EUTM Moçambique atividades atribuídas inicialmente ao Projeto 6, relativas ao treino das Companhias do tipo QRF, passaram para a responsabilidade da EUTM.

O Projeto 6 foi, entretanto, reconfigurado e orientado para o pós-EUTM, com o nível de ambição do projeto direcionado para apoiar as FADM no desenvolvimento de capacidades de Forças de Operações Especiais (incluindo as áreas das informações militares e da ciberdefesa).

Nesta redefinição, o Projeto 6 mantém a assessoria à capacidade de Forças Especiais que continuará a acontecer na Katembe (Escola de Fuzileiros) e, presumivelmente em Nacala (Centro de Formação de Forças Especiais), mantendo-se o Diretor Técnico (DT) em Maputo.

O efetivo residente que se encontra distribuído por Maputo, Boane, Katembe e Nampula integra militares responsáveis pela gestão administrativo-logística das Residências - duas em Maputo e uma em Nampula.

| S. Tomé e Príncipe Programa-Quadro 2021-2025  | Análise   |
|---|---|
| <p><b>Projetos:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de S. Tomé e Príncipe</li> <li>2- Guarda Costeira</li> <li>3- Pelotão de Engenharia Militar de Construções</li> </ol> <p><b>Participação Nacional:</b><br/>Em 2022: agregado de 6 militares portugueses, com estatuto de residente ou temporário.</p> | <p>O Programa-Quadro foi assinado em 9 de setembro de 2022, em São Tomé, pelos Ministros da Defesa de ambos os países</p> <p>O Projeto desenvolve-se em todo o arquipélago.</p> <p>A par dos projetos identificados, é considerada a possibilidade de se desenvolverem ações que permitam a participação conjunta das Forças Armadas de ambos os países em missões de paz e a formação em Portugal, bem como a promoção do diálogo político em áreas de interesse comum ligadas à segurança marítima como sejam as Presenças Marítimas Coordenadas no Golfo da Guiné, no âmbito da UE e o <i>Atlantic Centre</i> - Centro do Atlântico e, ainda, a possibilidade de o Ministério da Defesa Nacional português, através de missões a desenvolver pelas Forças Armadas, apoiar as áreas respeitantes à formação, vigilância e</p> |



|  |   |
|--|---|
|  | <p>segurança marítima, saúde militar e participação conjunta em operações de paz.</p> <p>Pela sua relevância estratégica, sinaliza-se o desenvolvimento de ações de fiscalização conjunta das águas sob jurisdição de São Tomé e Príncipe e, ainda o compromisso nacional de assegurar o funcionamento do sistema de assinalamento marítimo deste país.</p> |
|--|---|

| Timor-Leste Programa Quadro 2017-2021   | Análise   |
|---|---|
| <p><b>Projetos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Estrutura Superior da Defesa e das F-FDTL</li> <li>2- Componente de Formação e Treino</li> <li>3- Componente Naval</li> <li>4- Componente Terrestre</li> <li>5- Instituto de Defesa Nacional de Timor-Leste</li> </ul> <p><b>Participação Nacional:</b><br/>Em 2022: 28 militares portugueses, com estatuto de residente, sendo 2 do sexo feminino.</p> | <p>O Programa-Quadro, assinado em 23 de maio de 2017, em mantém a sua vigência enquanto decorre o processo negociação do novo PQ, a vigorar no período de 2022-2024. Atualmente aguardam-se os contributos da contraparte timorense.</p> <p>Uma das particularidades da CDD com Timor-Leste assenta no apoio ao ensino da língua portuguesa, em parceria com o Camões, I.P., sendo de sinalizar o compromisso no apoio à instalação de um Centro de Língua Portuguesa em Metinaro.</p> <p>Assinala-se a necessidade de o Projeto 2 ser renomeado, em face das alterações organizacionais verificadas no seio das F-FDTL.</p> <p>O efetivo de assessores militares distribui-se por Díli, Hera, Metinaro e Baucau e inclui três assessores certificados como professores de Português e um militar responsável pela gestão administrativo-logística.</p> |

## Quantitativos dos Assessores Militares dos Ramos nos países da CDD

| 1º Semestre 2022                             |              |             |   |             |   |             |          |             |   |             |          |             |   |             |          |             |   |
|--|--------------|-------------|---|-------------|---|-------------|----------|-------------|---|-------------|----------|-------------|---|-------------|----------|-------------|---|
| País   | Categoria    | Marinha     |   |             |   | Exército    |          |             |   | Força Aérea |          |             |   | Total       |          |             |   |
|  |              | Permanentes |   | Temporários |   | Permanentes |          | Temporários |   | Permanentes |          | Temporários |   | Permanentes |          | Temporários |   |
|  |              | M           | F | M           | F | M           | F        | M           | F | M           | F        | M           | F | M           | F        | M           | F |
| República de Angola                          | Oficiais     | 11          |   | 2           |   | 14          |          | 4           |   | 5           | 1        | 1           |   | 30          |          | 7           |   |
|  | Sargentos    | 2           |   |             |   | 1           |          |             |   | 1           |          |             |   | 4           |          |             |   |
|  | <b>Total</b> | <b>13</b>   |   | <b>2</b>    |   | <b>15</b>   |          | <b>4</b>    |   | <b>6</b>    | <b>1</b> | <b>1</b>    |   | <b>34</b>   |          | <b>7</b>    |   |
| República de Cabo Verde                      | Oficiais     | 1           |   |             |   | 2           |          |             |   |             |          |             |   | 3           |          |             |   |
|  | Sargentos    |             |   |             |   |             |          |             |   |             |          |             |   |             |          |             |   |
|  | <b>Total</b> | <b>1</b>    |   |             |   | <b>2</b>    |          |             |   |             |          |             |   | <b>3</b>    |          |             |   |
| República da Guiné-Bissau                    | Oficiais     | 1           |   |             |   | 2           |          |             |   |             |          |             |   | 3           |          |             |   |
|  | Sargentos    |             |   |             |   | 1           |          |             |   |             |          |             |   | 1           |          |             |   |
|  | <b>Total</b> | <b>1</b>    |   |             |   | <b>3</b>    |          |             |   |             |          |             |   | <b>4</b>    |          |             |   |
| República de Moçambique                      | Oficiais     | 5           |   |             |   | 10          |          |             |   | 5           |          | 1           |   | 20          |          | 1           |   |
|  | Sargentos    | 3           |   |             |   | 3           |          |             |   | 6           |          |             |   | 12          |          |             |   |
|  | Praças       |             |   |             |   |             |          |             |   |             |          |             |   |             |          |             |   |
|  | <b>Total</b> | <b>8</b>    |   |             |   | <b>13</b>   |          |             |   | <b>11</b>   |          | <b>1</b>    |   | <b>32</b>   |          | <b>1</b>    |   |
| República Democrática de São Tomé e Príncipe | Oficiais     | 1           |   |             |   | 2           |          |             |   |             |          |             |   | 3           |          |             |   |
|  | Sargentos    |             |   |             |   | 1           |          |             |   |             |          |             |   | 1           |          |             |   |
|  | <b>Total</b> | <b>1</b>    |   |             |   | <b>3</b>    |          |             |   |             |          |             |   | <b>4</b>    |          |             |   |
| República Democrática de Timor-Leste         | Oficiais     | 6           |   |             |   | 8           | 2        |             |   |             | 1        |             |   | 14          | 3        |             |   |
|  | Sargentos    | 1           |   |             |   |             |          |             |   |             |          |             |   | 1           |          |             |   |
|  | <b>Total</b> | <b>7</b>    |   |             |   | <b>8</b>    | <b>2</b> |             |   |             | <b>1</b> |             |   | <b>15</b>   | <b>3</b> |             |   |
| <b>Total</b>                                 |              | <b>31</b>   |   | <b>2</b>    |   | <b>44</b>   | <b>2</b> | <b>4</b>    |   | <b>17</b>   | <b>2</b> | <b>2</b>    |   | <b>92</b>   | <b>3</b> | <b>8</b>    |   |
| <b>Total por situação</b>                    |              | <b>31</b>   |   | <b>2</b>    |   | <b>46</b>   |          | <b>4</b>    |   | <b>19</b>   |          | <b>2</b>    |   | <b>95</b>   |          | <b>8</b>    |   |

## 2º Semestre 2022

| País   | Categoria    | Marinha     |   | Exército    |   |             |          | Força Aérea |   |             |          | Total       |   |             |          |             |   |
|--|--------------|-------------|---|-------------|---|-------------|----------|-------------|---|-------------|----------|-------------|---|-------------|----------|-------------|---|
|  |              | Permanentes |   | Temporários |   | Permanentes |          | Temporários |   | Permanentes |          | Temporários |   | Permanentes |          | Temporários |   |
|  |              | M           | F | M           | F | M           | F        | M           | F | M           | F        | M           | F | M           | F        | M           | F |
| República de Angola                          | Oficiais     | 12          |   |             |   | 15          |          | 1           |   |             | 8        | 2           |   |             | 35       | 2           | 1 |
|  | Sargentos    | 3           |   |             |   | 1           |          |             |   | 3           |          |             |   | 7           |          |             |   |
|  | <b>Total</b> | <b>15</b>   |   |             |   | <b>16</b>   |          | <b>1</b>    |   | <b>11</b>   | <b>2</b> |             |   | <b>42</b>   | <b>2</b> | <b>1</b>    |   |
| República de Cabo Verde                      | Oficiais     | 1           |   |             |   | 1           |          |             |   |             |          |             |   | 2           |          |             |   |
|  | Sargentos    |             |   |             |   |             |          |             |   |             |          |             |   |             |          |             |   |
|  | <b>Total</b> | <b>1</b>    |   |             |   | <b>1</b>    |          |             |   |             |          |             |   | <b>2</b>    |          |             |   |
| República da Guiné-Bissau                    | Oficiais     | 1           |   |             |   | 1           |          |             |   |             |          |             |   | 2           |          |             |   |
|  | Sargentos    |             |   |             |   | 1           |          |             |   | 1           |          |             |   | 2           |          |             |   |
|  | <b>Total</b> | <b>1</b>    |   |             |   | <b>2</b>    |          |             |   | <b>1</b>    |          |             |   | <b>4</b>    |          |             |   |
| República de Moçambique                      | Oficiais     | 7           |   |             |   | 8           |          | 1           |   | 5           |          |             |   | 20          |          | 1           |   |
|  | Sargentos    | 4           |   |             |   | 2           |          | 1           |   | 6           | 1        |             |   | 12          | 1        | 1           |   |
|  | Praças       |             |   |             |   |             |          |             |   |             |          |             |   | 0           |          |             |   |
|  | <b>Total</b> | <b>11</b>   |   |             |   | <b>10</b>   |          | <b>2</b>    |   | <b>11</b>   | <b>1</b> |             |   | <b>32</b>   | <b>1</b> | <b>2</b>    |   |
| República Democrática de São Tomé e Príncipe | Oficiais     | 1           |   |             |   | 1           |          |             |   |             |          |             |   | 2           |          |             |   |
|  | Sargentos    |             |   |             |   | 2           |          |             |   |             |          |             |   | 2           |          |             |   |
|  | <b>Total</b> | <b>1</b>    |   |             |   | <b>3</b>    |          |             |   |             |          |             |   | <b>4</b>    |          |             |   |
| República Democrática de Timor-Leste         | Oficiais     | 7           |   |             |   | 10          | 1        | 1           |   | 1           | 1        |             |   | 18          | 2        | 1           |   |
|  | Sargentos    | 1           |   |             |   |             |          | 1           |   |             |          |             |   | 1           |          | 1           |   |
|  | <b>Total</b> | <b>8</b>    |   |             |   | <b>10</b>   | <b>1</b> | <b>2</b>    |   | <b>1</b>    | <b>1</b> |             |   | <b>19</b>   | <b>2</b> | <b>2</b>    |   |
| <b>Total</b>                                 |              | <b>37</b>   |   |             |   | <b>42</b>   | <b>1</b> | <b>5</b>    |   | <b>24</b>   | <b>4</b> |             |   | <b>103</b>  | <b>5</b> | <b>5</b>    |   |
| <b>Total por situação</b>                    |              | <b>37</b>   |   |             |   | <b>43</b>   |          | <b>5</b>    |   | <b>28</b>   |          |             |   | <b>108</b>  |          | <b>5</b>    |   |

# Formação em Portugal

| 1º Semestre 2022         |  |            |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      |             |   |       |           |
|--------------------------|--|------------|--------|------|------------|------|--------------|------|------------|------|---------------------|------|-------------|---|-------|-----------|
| Ramo                     | Descrição Unidade                            | Curso      | Angola |      | Cabo Verde |      | Guiné-Bissau |      | Moçambique |      | São Tomé e Príncipe |      | Timor-Leste |   | Total |           |
|                          |  |            | Fem    | Masc | Fem        | Masc | Fem          | Masc | Fem        | Masc | Fem                 | Masc |             |   |       |           |
| IUM                      | Instituto Universitário Militar              | CEMC2021   |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      |             |   | 1     | 1         |
|                          |  | CPOS 22    |        |      |            | 1    |              | 1    | 1          | 1    |                     |      | 1           |   |       | 5         |
|                          | <b>Instituto Universitário Militar Total</b> |            |        |      |            | 1    |              | 1    | 1          | 1    |                     |      | 1           | 1 | 1     | 6         |
| <b>IUM Total</b>         |  |            |        |      |            | 1    |              | 1    | 1          | 1    |                     |      | 1           | 1 | 1     | <b>6</b>  |
| Marinha                  | Escola Naval                                 | AN         |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      |             |   |       | 2         |
|                          |  | ELD        |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      |             |   |       |           |
|                          |  | Eng-AEL    |        | 3    |            | 2    |              |      |            |      |                     | 1    |             |   |       | 6         |
|                          |  | Eng-Mec    |        | 1    |            | 2    |              |      |            |      |                     | 1    |             |   |       | 4         |
|                          |  | M          |        | 1    |            | 1    |              | 1    |            |      |                     |      | 2           |   |       | 5         |
|                          | <b>Escola Naval Total</b>                    |            |        | 5    |            | 5    |              | 1    |            | 1    |                     | 2    | 2           |   | 1     | 17        |
| <b>Marinha Total</b>     |  |            |        | 5    |            | 5    |              | 1    |            | 1    |                     | 2    | 2           |   | 1     | <b>17</b> |
| Exército                 | Academia Militar                             | ADMil      |        |      |            | 6    |              | 2    | 1          | 1    |                     |      |             | 1 | 1     | 12        |
|                          |  | Art        |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      |             | 1 | 1     | 2         |
|                          |  | Cav        |        |      | 1          |      |              |      |            |      |                     | 1    |             |   |       | 2         |
|                          |  | INF        |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      | 1           |   | 3     | 4         |
|                          |  | Vestibular |        |      | 1          | 3    |              | 2    |            |      |                     |      | 2           |   | 1     | 9         |
|                          | <b>Academia Militar Total</b>                |            |        |      | 2          | 9    |              | 4    | 1          | 1    |                     | 1    | 4           | 1 | 6     | 29        |
|                          | Escola das Armas                             | CFPIF      |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      |             |   |       |           |
|                          |  | CPC        |        |      |            | 1    |              | 1    |            |      |                     |      | 1           |   | 1     |           |
|                          | Escola das Armas Total                       |            |        |      |            | 1    |              | 1    |            |      |                     |      | 1           |   | 1     | 4         |
|                          | Centro de Tropas de Operações Especiais      | COE        |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      |             |   | 2     | 2         |
| <b>Exército Total</b>    |  |            |        |      | 2          | 10   |              | 5    | 2          | 1    |                     | 1    | 5           | 1 | 9     | <b>36</b> |
| Força Aérea              | Academia da Força Aérea                      | Eng EI     | 1      | 1    |            |      |              |      |            |      |                     |      |             |   |       | 2         |
|                          | <b>Academia da Força Aérea Total</b>         |            | 1      | 1    |            |      |              |      |            |      |                     |      |             |   |       | 2         |
| <b>Força Aérea Total</b> |  |            | 1      | 1    |            |      |              |      |            |      |                     |      |             |   |       | <b>2</b>  |
| IDN                      | Instituto da Defesa Nacional                 | CDN2021    |        |      |            |      |              | 1    |            |      |                     | 1    |             |   |       | 2         |
|                          | <b>Instituto da Defesa Nacional Total</b>    |            |        |      |            |      |              | 1    |            |      |                     | 1    |             |   |       | 2         |
| <b>IDN Total</b>         |  |            |        |      |            |      |              | 1    |            |      |                     | 1    |             |   |       | <b>2</b>  |
| PJM                      | Polícia Judiciária Militar                   | CFI        |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      |             |   |       |           |
| <b>Total</b>             |  |            | 1      | 6    | 2          | 16   |              | 7    | 3          | 3    |                     | 3    | 8           | 1 | 11    | <b>61</b> |

| 2º Semestre 2022                               |   |  |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      |             |      |       |
|--|---|--|--------|------|------------|------|--------------|------|------------|------|---------------------|------|-------------|------|-------|
| Ramo   | Descrição Unidade                         | Curso  | Angola |      | Cabo Verde |      | Guiné-Bissau |      | Moçambique |      | São Tomé e Príncipe |      | Timor-Leste |      | Total |
|  |   |  | Fem    | Masc | Fem        | Masc | Fem          | Masc | Fem        | Masc | Fem                 | Masc | Fem         | Masc |       |
| IUM  | Instituto Universitário Militar           | CEMC21/22                                    |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      |             | 1    | 1     |
|  |   | CEMC22/23                                    |        |      |            | 1    |              |      |            |      |                     | 1    |             |      | 2     |
|  |   | CPOS 22                                      |        |      |            | 1    | 1            | 1    | 1          |      |                     | 1    |             |      | 5     |
|  |   | <b>Instituto Universitário Militar Total</b> |        |      |            | 2    | 1            | 1    | 1          |      |                     | 2    |             | 1    | 8     |
| <b>IUM Total</b>                               |   |  |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      | 2           | 8    |       |
| Marinha  | Escola Naval                              | AN   |        |      |            |      |              |      |            | 2    |                     |      |             |      | 2     |
|  |   | Eng-AEL                                      |        |      | 3          | 3    |              |      |            |      | 1                   |      |             |      | 7     |
|  |   | Eng-Mec                                      |        |      | 1          | 2    |              |      |            |      | 1                   |      | 1           |      | 5     |
|  |   | M  |        |      | 1          | 1    |              | 1    |            |      |                     |      | 3           |      | 6     |
|  |   | CFOT   |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      |             | 1    | 1     |
|  |   | <b>Escola Naval Total</b>                    |        |      | 5          | 6    | 1            | 1    | 2          | 4    |                     |      | 1           |      | 20    |
| <b>Marinha Total</b>                           |   |  | 5      | 6    | 1          | 1    | 2            | 4    |            |      | 1                   |      | 20          |      |       |
| Exército                                       | Academia Militar                          | ADMil  |        |      |            | 6    | 2            | 1    | 1          |      |                     |      |             | 1    | 12    |
|  |   | Art  |        |      |            |      |              |      |            |      |                     | 1    |             | 1    | 2     |
|  |   | Cav  |        |      | 1          |      |              |      |            |      | 1                   |      |             |      | 2     |
|  |   | INF  |        |      |            | 1    |              |      |            |      |                     | 1    |             | 3    | 5     |
|  |   | Vestibular                                   |        |      |            | 4    | 3            | 2    |            | 1    | 2                   |      | 2           | 2    | 14    |
|  |   | <b>Academia Militar Total</b>                |        |      | 1          | 11   | 5            | 3    | 1          | 1    | 4                   |      | 1           | 7    | 34    |
|  |   | <b>Escola das Armas</b>                      |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      |             |      |       |
|  |   | <b>Escola das Armas Total</b>                |        |      |            |      | 1            | 1    |            |      | 1                   |      | 1           | 1    | 4     |
| <b>Centro de Tropas de Operações Especiais</b> |   |  |        |      |            |      |              |      |            |      |                     |      | 2           | 2    |       |
| <b>Exército Total</b>                          |   |  |        | 1    | 12         | 6    | 3            | 1    | 1          | 5    | 1                   | 10   | 40          |      |       |
| Força Aérea                                    | Academia da Força Aérea                   | Eng EI                                       |        | 1    | 1          |      |              |      |            |      |                     |      |             |      | 2     |
|  | <b>Academia da Força Aérea Total</b>      |  |        | 1    | 1          |      |              |      |            |      |                     |      |             | 2    |       |
| <b>Força Aérea Total</b>                       |   |  | 1      | 1    |            |      |              |      |            |      |                     |      |             | 2    |       |
| IDN  | Instituto da Defesa Nacional              | CDN22/23                                     |        |      | 1          |      | 1            |      | 1          |      |                     | 1    |             |      | 4     |
|  | <b>Instituto da Defesa Nacional Total</b> |  |        |      | 1          |      | 1            |      | 1          |      |                     | 1    |             | 4    |       |
| <b>IDN Total</b>                               |   |  |        | 1    |            | 1    |              | 1    |            |      | 1                   |      |             | 4    |       |
| <b>Total</b>                                   |   |  | 1      | 7    | 1          | 20   | 9            | 4    | 4          | 3    | 12                  | 1    | 12          | 74   |       |

## ▶ COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA



**Angola**  
Luanda

**39**  
Assessores militares permanentes

**04**  
Assessores militares temporários

**Cabo Verde**  
Praia

**03**  
Assessores militares permanentes

**Guiné-Bissau**  
Bissau

**03**  
Assessores militares permanentes

**Moçambique**  
Maputo

**34**  
Assessores militares permanentes

**02**  
Assessores militares temporários

**Portugal**  
Lisboa

**72**  
Formandos PALOP e Timor-Leste

**São Tomé e Príncipe**  
São Tomé

**04**  
Assessores militares permanentes

**Timor Leste**  
Dili

**20**  
Assessores militares permanentes

**01**  
Assessor militar temporário

▶ **140** Assessores militares permanentes

▶ **07** Assessores militares temporários

▶ **72** Formandos em Portugal

(média)

# Adidos de Defesa

O ano de 2022 reveste-se também de especial relevância para a atividade dos adidos de defesa (AD).

Através do Despacho n.º 1860/2022, de 11 de fevereiro, procedeu-se à regulamentação da atividade dos AD, estabelecendo as diferentes dependências, garantido que os Adidos integram uma rede de ação externa de Defesa que responda de forma integrada e coerente aos múltiplos objetivos políticos e estratégicos do Ministério da Defesa Nacional.<sup>32</sup>

O AD é o representante máximo do Ministério da Defesa Nacional no país onde está acreditado, consistindo a sua missão em representar o Ministério da Defesa Nacional e as Forças Armadas portuguesas junto das entidades congêneres dos Estados Acreditadores, defendendo os interesses de Portugal na área da Defesa, no cumprimento das orientações definidas na carta de missão que lhe é outorgada e das que sejam recebidas da Ministra da Defesa, da Direção-geral de Política de Defesa Nacional e do Estado-Maior General das Forças Armadas.

O AD desempenha também as tarefas de aconselhamento e de representação do chefe da missão diplomática (CdM) no âmbito da Política de Defesa.

As cartas de missão têm como objetivo garantir a coerência, priorização e intensidade da orientação dos esforços dos AD, constituindo-se, pois, como documentos diferenciados que refletem as tarefas, funções e os objetivos específicos a alcançar ao longo da missão e em benefício dos interesses nacionais.

Os AD são nomeados para o exercício desse cargo junto das Embaixadas de Portugal que integram a rede diplomática do País, junto dos países recetores, podendo ainda acumular com idênticas funções noutros países.

<sup>32</sup> Em desenvolvimento das alterações legislativas que foram introduzidas pela Lei Orgânica n.º 3/2021 de 9 de agosto, que altera a Lei de Defesa Nacional (LDN), aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho e pela Lei Orgânica n.º 2/2021, de 9 de agosto, que aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) vieram estabelecer um novo paradigma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, com impacto na atividade dos adidos militares.

Com efeito, perante este novo quadro jurídico e funcional, é renovada a atividade dos AD, consubstanciando-se como uma das dimensões da ação externa da Defesa e assumindo-se como um instrumento fundamental para a prossecução da Política de Defesa Nacional.

Ao longo do ano de 2022 registou-se a rotação (conclusão e início de comissões de serviço) em quatro (4) cargos de AD, designadamente junto das Embaixadas de Portugal em Argel, Argélia; Washington, EUA; em Bissau, República da Guiné-Bissau; e em Maputo, Moçambique. O ano de 2022 fica também marcado pela abertura de um novo cargo de AD junto da Embaixada de Portugal em Londres, Reino Unido.

Em 2022, Portugal manteve em comissão de serviço em cargo de AD **quinze (15) militares**, em cinco (5) continentes.



## ▶ ADIDOS DE DEFESA



## ▶ 15 ADIDOS EM 5 CONTINENTES

|  |  |
|--|--|
|  <b>Alemanha</b><br>Berlim                 |  * Noruega - Oslo<br> Polónia - Varsóvia<br> Suécia - Estocolmo           |
|  <b>Angola</b><br>Luanda                  |  Congo - Brazzaville<br> Namíbia - Windhoek<br> R. D. Congo - Kinshasa  |
|  <b>Argélia</b><br>Argel                  |  Egipto - Cairo<br> Líbia - Trípoli  |
|  <b>Brasil</b><br>Brasília                |  Argentina - Buenos Aires<br> Chile - Santiago<br> Uruguai - Montevideo |
|  <b>Cabo Verde</b><br>Praia               |  |
|  <b>Espanha</b><br>Madrid                 |  Colômbia - Bogotá<br> Perú - Lima   |
|  <b>EUA</b><br>Washington                 |  Canadá - Ottawa  |
|  <b>França</b><br>Paris                   |  Grécia - Atenas<br> Itália - Roma<br> Países Baixos - Haia             |
|  <b>Guiné-Bissau</b><br>Bissau            |  Senegal - Dacar  |
|  <b>Marrocos</b><br>Rabat                 |  Mauritânia - Nouakchott<br> Tunísia - Tunes   |
|  <b>Moçambique</b><br>Maputo            |  África do Sul - Pretória<br> Etiópia - Adis Abeba   |
|  <b>Reino Unido</b><br>Londres          |  |
|  <b>São Tomé e Príncipe</b><br>São Tomé |  Gabão - Libreville<br> Guiné Equatorial - Malabo  |
|  <b>Timor Leste</b><br>Dili             |  Austrália - Camberra<br> Indonésia - Jacarta  |
|  <b>Turquia</b><br>Ankara               |  Índia - Nova Deli<br> Roménia - Bucareste   |

\* O adido acumula funções de adido de defesa também nestes países.

# Programa SWAIMS

## *Support to West Africa Integrated Maritime Security*

### Introdução

O SWAIMS (*Support to West Africa Integrated Maritime Security*) é um programa da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), financiado pela União Europeia (UE), que visa a melhoria das condições de segurança marítima no Golfo da Guiné.

O Programa SWAIMS está dividido em diversas componentes, tendo Portugal assumido, através do Acordo de Contribuição (contrato de cooperação delegada) com a União Europeia, em 4 de setembro de 2020, a gestão da componente delegada *Operational Response and Management of the Rule of Law at Sea*, com um período de implementação de 45 meses (até junho de 2024).

Esta componente visa contribuir para o reforço da resposta operacional da aplicação da lei e a gestão do Estado de Direito no mar nos 12 países costeiros da CEDEAO,<sup>33</sup> com a aquisição e entrega de 30 embarcações semirrígidas e de equipamento forense, assim como a formação de formadores em Portugal e apoio à formação das guarnições nos seus respetivos países.<sup>34</sup>

Para a operacionalização deste projeto, em 26 de fevereiro de 2021 foi celebrado um Contrato Interadministrativo entre o Camões, I.P., a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) e a Marinha, bem como a criação da Unidade de Implementação do Camões (UIC).

<sup>33</sup> Os 12 países costeiros da CEDEAO beneficiários do projeto: Benim, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné, Libéria, Senegal, Nigéria, Serra Leoa e Togo

<sup>34</sup> Áreas de Formação: Operação & Manutenção das Semirrígidas; Fiscalização da Pesca e Recolha & Preservação de Provas Criminais

A UIC é chefiada pelo Coordenador Geral (posto de Comodoro), e é constituída por militares da Marinha. A UIC está sediada em Lisboa (DGPDN), à exceção de um militar, o Oficial de Ligação e Especialista Marítimo, que presta serviço junto da Embaixada de Portugal em Abuja, Nigéria, desde 14JUN2021, e que depende do Coordenador Geral.

O financiamento desta componente é assegurado com 10M€ (80%) pela UE, com 2.109.884€ (17%), pelo MDN (1.841.474€ da Marinha e 268.410€ da DGPDN) e com 368.410€ (3%) pelo Camões, I.P., num total de 12.478.294€.

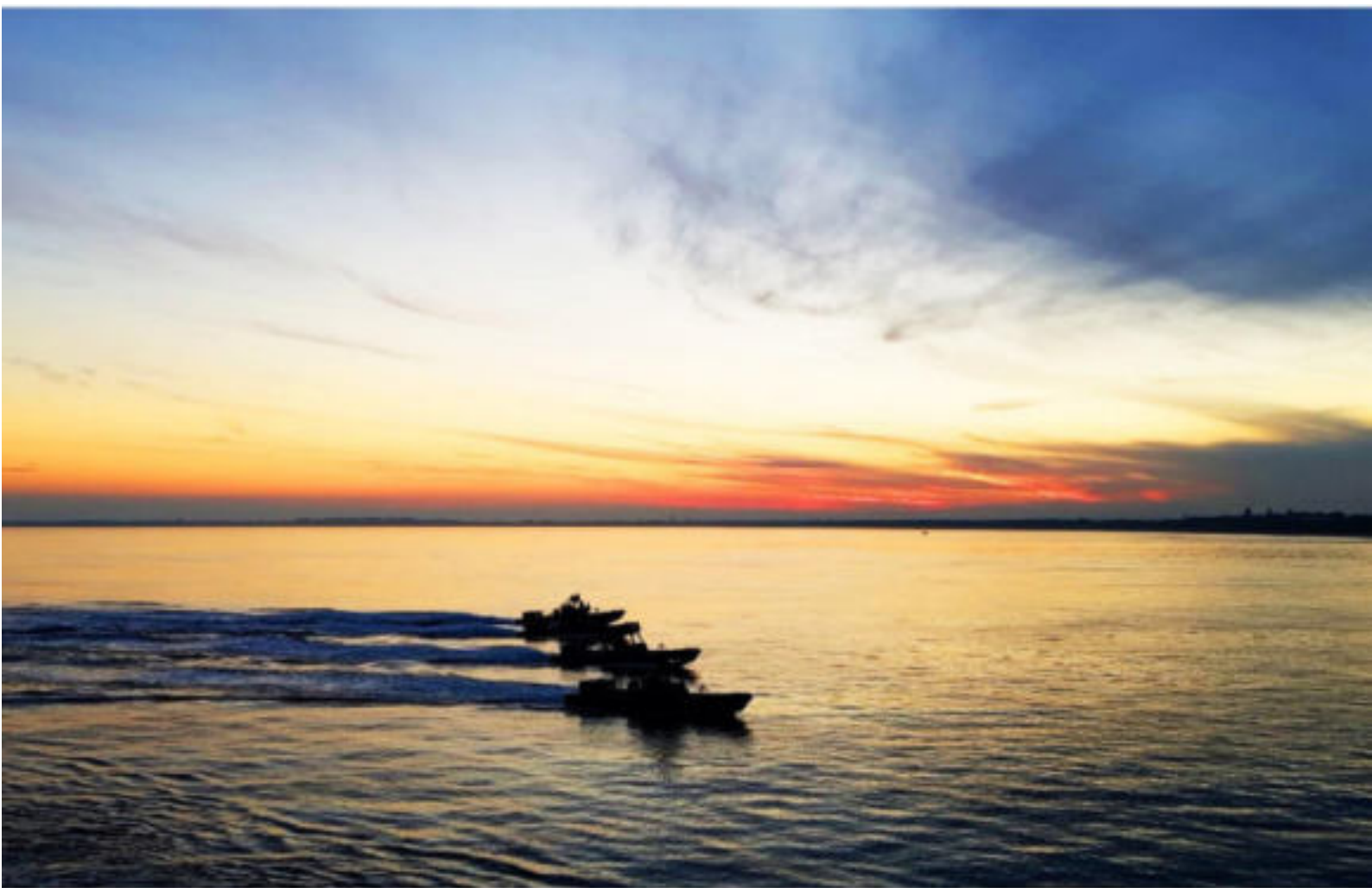
## Atividades Desenvolvidas em 2022

- Memorando de Entendimento (MdE) – Foram realizados frequentes contactos com os Pontos Focais, os quais foram obtidos do Seminário de Alto Nível, em Abuja, 4/5ABR22, tendo resultado, durante o ano de 2022, na assinatura de 8 (oito) Memorandos de Entendimento com os seguintes países: Libéria (27JUN), Guiné-Bissau (29JUN), Serra Leoa (5JUL), Cabo Verde (13JUL), Nigéria (23AGO), Senegal (29SET), Togo (03NOV) e Gâmbia (16NOV).
- Avaliação das Necessidades de Formação (ANF) – Subsequentemente, o projeto prevê a realização de uma avaliação das capacidades existentes em todos os países, a fim de assegurar que a formação cubra as necessidades específicas de cada país e também que seja adaptada às infraestruturas e recursos disponíveis. Estas ANF são realizadas por uma equipa de dois militares (o Oficial de Formação UIC e outro da Marinha Portuguesa). Em 2022, foram realizadas seis ANF, designadamente: na Libéria, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Senegal e Nigéria.
- Concurso Público Internacional de Aquisição das Semirrígidas e Material Forense - O lançamento do concurso internacional compete ao Camões I.P. e, desde maio de 2022,<sup>35</sup> após terminadas as diligências de aprontamento da documentação técnica e processual que se encontrava a aguardar

<sup>35</sup> A preparação da documentação encontrava-se, de certa forma, dependente das decisões tomadas em sede de reunião de Alto-Nível da CEDEAO, que se realizou somente em 04 e 05ABR22, Abuja, Nigéria.

desenvolvimentos de âmbito administrativo.<sup>36</sup> No dia 10 de agosto de 2022, foi lançado o Concurso Público Internacional pelo Camões I.P., do qual se obtiveram cinco propostas dos concorrentes, embora estas propostas tenham sido excluídas (concurso deserto), após análise do Júri do Camões I.P., devido, principalmente, aos valores das propostas se situarem acima do orçamento estabelecido (5.2 milhões €). Oportunamente será promovido um novo concurso.

Através da UIC, em 2022, a participação nacional no projeto SWAIMS representou o envolvimento de **seis (06) militares**.



<sup>36</sup>Designadamente a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 23/2022, de 10 de fevereiro, e a subdelegação de competências da Tutela no Presidente do Conselho Diretivo do Camões, I.P., conforme Despacho n.º 8433/2022, de 24 de junho, publicado em DR de 11 de julho.

# ***Atlantic Centre***

## **Centro do Atlântico**

### **Introdução**

O *Atlantic Centre* - Centro do Atlântico é uma iniciativa que envolve 21 países atlânticos com o objetivo de promover a cooperação e o diálogo em questões de segurança e defesa numa perspetiva atlântica.

O trabalho do *Atlantic Centre* - Centro do Atlântico desenvolve-se através de três vertentes de atividades que estão interligadas: diálogo político, investigação e análise, e desenvolvimento de capacidades.

### **Atividades Desenvolvidas em 2022**

- Entre as suas atividades destaca-se o II Curso sobre Segurança Marítima, subordinado ao tema "Segurança Marítima e Segurança Humana" e que contou com a participação de trinta participantes de 9 países atlânticos, com um foco nos desafios que requerem respostas conjuntas, como o caso da pesca ilegal não declarada e não regulamentada (IUU), as ramificações das alterações climáticas e da poluição e a proteção dos Direitos Humanos.
- Em junho, o seminário *Maritime Infrastructures: Protecting subsea data cables in Europe and the Atlantic*, visou contribuir para a sensibilização da importância das infraestruturas de cabos de dados submarinos, melhorar a compreensão dos principais desafios e oportunidades ligados à segurança destas infraestruturas críticas e promover uma discussão sobre a resiliência dos cabos, em conformidade com os objetivos de proteção dos ecossistemas marinhos e da biodiversidade. Este seminário contou também com uma mesa-redonda pública como evento paralelo da Conferência dos Oceanos. Pelo sucesso deste Seminário, realizou-se a sua segunda edição na Cidade do

Cabo e encontra-se prevista a realização da terceira edição em Fortaleza, no Brasil.

- Entre 17 e 21 de setembro 2022, realizou-se o IV Seminário do *Atlantic Centre* - Centro do Atlântico, num formato descentralizado, com 8 eventos organizados em parceria com universidades, centros de investigação e *think tanks* em Portugal, Marrocos, Brasil e Gana, e com um total de 60 peritos. Esta quarta edição procurou promover um amplo debate sobre os formatos de governação necessários para enfrentar os desafios atuais e futuros no Atlântico.
- Em novembro, o *Workshop On Sharing Best Practices In Coordinated Maritime Presences*, realizado em Abidjan à margem do plenário do G7++FoGG, em parceria com a Marinha Portuguesa, o Serviço Europeu de Ação Externa, o Centro de Coordenação Inter-regional da Arquitetura de Yaoundé, e a Copresidência alemã e costa-marfinense do G7++FoGG, procurou contribuir para o esforço de identificação e aprendizagem de lições entre as marinhas europeias e dos estados costeiros do Golfo da Guiné, contando com 27 participantes.
- Enquanto *think-tank*, realça-se o relatório *The capacity-building outlook in the Atlantic* que se traduziu numa compilação das melhores práticas sobre o reforço das capacidades marítimas, e ainda a realização da 2ª edição do Prémio FLAD de Segurança Atlântica.

Em 2022, o *Atlantic Centre* - Centro do Atlântico representou o envolvimento de **um (1) civil e um (1) militar**, ambos em acumulação de funções.



**ATLANTIC**  
— CENTRE —

# Conclusões

O Relatório que se apresenta evidencia, de forma clara, como o envolvimento de militares portugueses no exterior nos contextos de FND, END e CDD, permanece primordial no apoio às Políticas Externa e de Defesa Nacionais.

Neste contexto, a participação das Forças Armadas em missões e operações no exterior, em contexto bilateral, trilateral, multilateral ou multinacional ou em coligações, visa prosseguir o superior interesse constitucionalmente definido na defesa da independência nacional e da integridade do território, assim como a liberdade e segurança dos cidadãos nacionais, designadamente pela satisfação dos compromissos internacionais do Estado português no âmbito militar.

Com efeito, a aplicação do instrumento militar tem sido objeto de consolidação, mantendo-se preponderante e reflete de forma expressiva a abordagem a 360º e o empenho nacional no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado.

Atendendo a que o ambiente estratégico internacional continua a ser caracterizado por uma multiplicação de crises com um progressivo aumento dos níveis de conflitualidade e de instabilidade em diversas regiões do mundo, é expectável assistir-se a um incremento do nível de empenhamento de militares no exterior.

De igual modo, a Política de Defesa Nacional tem-se traduzido na crescente multilateralização e projeção da Defesa Nacional fora do território nacional, enquanto simultaneamente se assegura a prossecução dos interesses prioritários do País.



Nesse sentido, a ação externa da defesa abrange hoje outras dimensões da Defesa Nacional que concorrem para a promoção dos interesses nacionais, através do emprego de forças, mas também através do envolvimento mais estruturado dos militares nacionais no exterior em funções de representação da Defesa Nacional, missões de capacitação, ou ainda, através das iniciativas do *Atlantic Centre* – Centro do Atlântico.

Esta abordagem reflete os princípios basilares da Política de Defesa Nacional, assegurando que a presença militar portuguesa e da defesa no exterior, como um todo, obedece ao princípio da eficácia, da unidade da ação externa do Estado e da maximização dos empenhamentos nacionais nas áreas consideradas prioritárias, garantindo-se que não existem áreas de sobreposição e que estes estão integrados com o propósito de combinar todos os ativos e valências da Defesa Nacional, potenciando o seu custo-benefício, impacto e visibilidade de forma perene no plano internacional.

# Agradecimentos

*Atlantic Centre* – Centro do Atlântico

Comando Conjunto para as Operações Militares - EMGFA

Comando Geral da Polícia Marítima - AMN

Direção de Serviços da Cooperação no Domínio da Defesa

Relações-Públicas e Protocolo - EMGFA

Serviço de Comunicação e Relações-Públicas – SG MDN

Unidade de Implementação do Camões – Programa SWAIMS



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL